



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**MANUEL DOMINGUES NOVO**

**A CONDIÇÃO DO FIEL BATIZADO LEIGO NA IGREJA**  
**Da LUMEN GENTIUM à CHRISTIFIDELES LAICI**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Prof. Doutor Arnaldo Cardoso Pinho

**Porto**  
**2013**

MANUEL DOMINGUES NOVO

# **A CONDIÇÃO DO FIEL BATIZADO LEIGO NA IGREJA**

**Da LUMEN GENTIIUM à CHRISTIFIDELES LAICI**

Dissertação Final

sob orientação de:

Prof. Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho

UCP PORTO

2013

## **SIGLÁRIO**

**HS** – Constituição Apostólica “*Humanae Salutis*” de João XXIII a convocar o Concílio Ecuménico Vaticano II.

**LG** - Constituição dogmática “*Lumen Gentium*”.

**UA** - Encíclica “*Ubi Arcano*” de Pio XI de 23/Dezembro/1922.

**Gal.** – Epístola do Apóstolo S. Paulo aos Gálatas.

**1Tes.** – Primeira carta de S. Paulo aos Tessalonicenses.

**AAS** – *Acta Apostolicae Sedis*.

**Doc. Cath.** – *La Documentation Catholique*.

**N. R. Th.** - *Nouvelle Revue Théologique*.

**Mc.** - Evangelho de S. Marcos.

**Jo.** \_ Evangelho de S. João.

**2Cor.** . – Segunda carta de S. Paulo aos Coríntios.

**1Cor.** - Primeira carta de S. Paulo aos Coríntios.

**2Tim.** - Segunda carta de S. Paulo a Timóteo.

**Ap.** - Livro do Apocalipse do Apóstolo S. João.

**Cf.** – Confrontar.

**p.**- Página.

## INTRODUÇÃO

Ao tentar escolher o tema para esta dissertação senti-me levado a optar por uma área que, tanto quanto possível, ficasse relacionada com a minha situação pessoal na Igreja: o laicado. Sinto a necessidade, em primeiro lugar para mim próprio, de aprofundar o tema do cristão batizado leigo na Igreja a fim de melhor saber agir como tal perante o mundo em que vivo: o trabalho, a família e o estudo. Desta forma e perante este mesmo mundo espero contribuir, embora de forma modesta e limitada, para um maior aprofundamento da fé e de uma vida cristã esclarecida também de alguns irmãos batizados leigos com quem convivo diariamente, e que atuam animados da mais louvável generosidade e dedicação ao serviço dos irmãos.

É válida qualquer vivência do cristão batizado quer em ordem ao seu aperfeiçoamento pessoal quer ao serviço dos outros e em Igreja, mas se não houver um conhecimento aprofundado que sirva de apoio, de justificação e de razão de ser da vida cristã, corre-se o risco de muitas vidas cristãs serem consumidas em autênticas heroicidades apostólicas sem que tenham consciência para si próprias das razões profundas, doutrinárias e teológicas, que fundamentam todo o seu agir: atuam sem conhecerem a razão profunda da sua vida, a sua verdadeira razão de viver.

Em Igreja somos um povo de iguais quanto à origem ontológica, o batismo, e no objetivo a conseguir que é a santidade e a salvação universal; mas ao mesmo tempo somos um povo de desiguais no caminho e na forma como cada um chega a esse mesmo objetivo. É nesta desigualdade, que não é sinónimo de desunião nem de separação, que se deve desenvolver a vida do fiel cristão leigo, tratando dos assuntos e das realidades temporais e ordenando-as segundo a vontade de Deus (LG. 31), tendo sempre presente a unidade eclesial através de uma vida de comunhão apesar das diferenças que sempre estarão presentes; saber construir a unidade na diversidade e conseguir viver em comunhão na desigualdade praticando a verdade na caridade (LG. 30).

O Concílio Vaticano II dedicou aos leigos uma importante reflexão, não apenas na constituição **Lumen Gentium**, onde foram colocados os fundamentos doutrinários, mas também, no decreto sobre o apostolado dos leigos. Um e outro documento refletem a experiência da Igreja e o trabalho doutrinário que desde o fim do século XIX e sobretudo com a experiência da Ação Católica a Igreja foi fazendo.

Dentro dessa reflexão daremos importância ao trabalho dos teólogos Yves Congar e Karl Rahner e faremos uma pequena referência ao trabalho de H. U. von Balthasar, sobretudo pela sua originalidade.

Entre o fim do Concílio Vaticano II, e o Sínodo de 1985, notou-se no capítulo da concepção dos leigos algum desgarramento: acentuou-se por um lado a sua laicização, e por outro, a sua clericalização. O Sínodo tenta uma síntese através da categoria de mistério.

Esta reflexão completa-se com o Sínodo sobre os leigos efetuado no Outono de 1987, de que resultou a exortação apostólica **Christifideles Laici**. Tendo tido como tema a missão dos leigos na Igreja e no mundo, vinte anos após o Vaticano II, este Sínodo quis expressamente desenvolver o tema da comunhão e deu mais realce, como veremos, a certas temáticas como a dos ministérios, reforçando assim a missão dos leigos, naquilo que se chamou a Igreja ad intra.

Com esta reflexão cremos poder oferecer uma síntese da situação atual da reflexão eclesiológica ao nível do Magistério sobre o lugar dos leigos na Igreja.

# CAPITULO 1

## 1. - ANTECEDENTES

O Concílio Ecuménico Vaticano II não surge de uma qualquer situação inesperada ou motivações imprevistas. A necessidade de uma reflexão, também ao mais alto nível, sobre o Cristianismo, a Igreja e o Mundo, era sentida como urgente, atendendo sobretudo aos acontecimentos que no século XX dominaram o mundo. As duas guerras mundiais, o surgimento de novos regimes totalitários, o desenvolvimento científico e tecnológico e a nova reflexão teológica, mais do que meros acontecimentos históricos foram fenómenos universais que caracterizaram como que uma vaga de fundo e uma pressão na Igreja e no Mundo, à qual era necessário responder.

Ainda antes, e perante a conceção evolucionista que se manifestava já na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, a Igreja tentou manter uma unidade que era apenas nominal, perante algumas mudanças secretas no seu próprio interior. E se foi possível manter por algum tempo esta aparência, foi apenas pela força de uma autoridade surda aos apelos dos novos tempos, e que trava entre os pensadores o progresso da livre procura e que, ao isolá-los, mantém tradições que se extinguem. Foi assim que, na história da Igreja, a autoridade invadiu áreas que esvaziaram a vida, cingindo o seu papel à guarda do depósito da Revelação ( 2Tim.1,14 ) e ao prestígio exterior. Na ausência de um verdadeiro diálogo interno, alguns dos movimentos que emergiam criaram no interior da própria Igreja situações não só de conflito mas de verdadeira rutura, tanto no âmbito clerical como no do laicado<sup>1</sup>. Comprovativo deste ambiente e da forma como a Igreja, mesmo ao seu mais alto nível, conhecia e vivia a situação, é o discurso do Papa Pio XII na inauguração do Segundo Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, proferido em Roma no dia 05 de Outubro de 1957 a pedido dos próprios congressistas. O seu teor manifesta uma constante preocupação pela centralidade da Igreja como única força no mundo capaz de dispor os homens para uma verdadeira reconciliação e para uma fraternal união entre todos os povos. Ao

---

<sup>1</sup> Cf. GUITTON J. *L'Église et les Laïcs*, Desclé de Brouwer. Bruges, 1963, p.194

mesmo tempo elogia o tema escolhido para este congresso: “os leigos na crise do mundo moderno: responsabilidades e formação”. Tratando da “hierarquia e apostolado”, coloca o apostolado sempre na dependência da hierarquia, ao mesmo tempo que reforça a responsabilidade dos leigos. Mesmo assim é frequente neste discurso a referência ao Código de Direito Canônico vigente, a um certo mal-estar causado pela excessiva ação social da Igreja, bem como um apelo à ação dos leigos justificada pela falta de sacerdotes. Estão assim presentes algumas controvérsias também ao nível teológico como a que envolveu Karl Rahner e F. Steiner sobre o apostolado dos leigos e a ação católica nos ambientes operários. Finalmente apela tanto à formação dos apóstolos leigos como ao exercício do apostolado dos leigos<sup>2</sup>.

Fiel à ação do Espírito Santo que conduz a Igreja, ninguém como o Papa João XXIII soube sintetizar a realidade que a Igreja vivia como uma grande necessidade para a mesma Igreja de um “aggiornamento” para os novos tempos.

Não cabendo neste capítulo tratar de todos os citados fenómenos, será abordado apenas o desenvolvimento da nova reflexão teológica sobre o fiel batizado leigo com a apresentação das ideias chave dos teólogos mais representativos nesta temática antes do Concílio.

## **1.1 - Yves Congar**

É sobretudo na sua obra publicada em 1954 “*Jalons Pour Une Théologie du Laicat*” que o Teólogo Dominicano apresenta as suas reflexões baseadas naquilo que era a realidade do então problema atual da Teologia do Laicado. Os leigos estarão sempre na Igreja num nível subordinado, mas estão a começar a tomar plena consciência de serem organicamente membros ativos, de pleno direito e de pleno exercício.

Os sinais desta mudança surgem por todo o lado e Y. Congar assinala-os sobretudo ao testemunhar o que viu em Outubro de 1951 no Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos, realizado em Roma e no qual participou. Nunca se pôde imaginar uma expressão tão eloquente do que se passou neste campo e durante as últimas décadas: uma verdadeira descoberta da verdade decisiva de que os leigos são Igreja em sentido pleno. Fixar as etapas deste desenvolvimento levaria a escrever a história interna da Igreja durante o século XIX. Constata-se que os movimentos na Igreja e a própria

---

<sup>2</sup> Cf. A A S – 39 (1957), p. 922-939.

teologia estão atentos ao desenvolvimento geral do pensamento e do mundo; o desenvolvimento da acção cristã dos fieis e os correspondentes desenvolvimentos teológicos são então um facto generalizado no mundo cristão e até no não católico.

O Código de Direito Canónico vigente, de 1917, mostrava-se muito pouco explícito e demasiado limitativo ao desenvolvimento da renovação laical que se apresentava emergente: as diversas referências ao laicado eram integradas na Acção Católica como instituição da Igreja.

Tornava-se necessária toda uma síntese eclesiológica em que o mistério da Igreja tivesse assumido todas as suas dimensões até incluir plenamente a realidade eclesial do laicado: uma eclesiologia total. Não se pode assim isolar a teologia do laicado da verdadeira eclesiologia; mas como esta não estava devidamente desenvolvida e sistematizada, era de prever que os movimentos laicais que emergiam corriam o risco de assumirem comportamentos desviantes ou mesmo fraturantes perante a ortodoxia cristã.

Mesmo assim, Congar acha que, embora desintegrada, pode ser elaborada uma teologia do laicado, pois perante as dificuldades e os perigos que se podem prever, é melhor fazer alguma coisa do que não fazer nada: a omissão nada esclarece.

Do ponto de vista ideal uma teologia completa do laicado seria uma eclesiologia total e seria também uma antropologia e até uma teologia da Criação na sua relação com a Cristologia<sup>3</sup>.

Passando de uma análise histórica para uma elaboração teológica, o teólogo dominicano passa a indicar a sua posição fazendo a distinção entre Igreja Instituição e Igreja Comunidade de Salvação, e dá relevo ao lugar do leigo colocando-o exatamente na participação do múnus profético, sacerdotal e real de Cristo. Trata a trilogia “Reino, Igreja e Mundo” em paralelo com o tema “Hierarquia e Povo Fiel”, aparecendo o leigo como o último elemento embora com carácter participativo<sup>4</sup>.

### **1.1.1. A dignidade sacerdotal**

A participação do leigo é fundada na dignidade sacerdotal que Cristo comunica ao Seu corpo, ou seja, aos fieis; estes por sua vez tornam-se participantes dessa dignidade pelo Baptismo, isto é, pela consagração sacramental e não pela atribuição de uma competência propriamente sacramental e litúrgica<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Cf. CONGAR, Y. - *Jalons Pour Une Théologie Du Laicat*<sup>t</sup>. Paris: Editions du Cerf, 1954, p.8-18.

<sup>4</sup> Cf. CONGAR - *Jalons Pour Une Théologie du Laicat*<sup>t</sup>, p.86-158.

<sup>5</sup> Cf. CONGAR - *Jalons Pour Une Théologie Du Laicat*, p.170-179.



A prática deste sacerdócio mostra-se nos actos e na responsabilidade de cada um segundo o seu estado; mas todos têm a responsabilidade do mundo inteiro. Para os pais e mães de família o casamento é tido como vida consagrada e a família como célula da Igreja.

### **1.1.2. A dignidade real**

A participação do leigo na função real de Cristo e da Sua Igreja não se mostra numa realeza como forma de vida mas numa realeza espiritual que se exercita no empenhamento do cristão nas etapas da Criação, da Redenção (realeza de serviço) e do Reino de Deus.

### **1.1.3. A dignidade profética**

Cada um, na Igreja, é animado pelo Espírito Santo conforme a sua situação e a sua função . A hierarquia é para ensinar e os leigos são-no para acreditar; mas isto não os reduz a uma mera passividade porque a fé é activa e viva e os fieis ligam-se sempre ao tesouro doutrinal da Igreja. A sua participação é da ordem da vida que procede de uma fé interiorizada.

Sobre as diversas formas de os fieis leigos fazerem apostolado Y. Congar reconhece que a disciplina “actual” é bastante restritiva.

Sobre os leigos e a vida comunitária, Congar refere a eclesiologia da altura que se define essencialmente por duas linhas de concepção da Igreja e da sua unidade: uma, a da “comunhão entre”, mais conhecida na antiguidade cristã; a outra, a da “comunhão com” que é a que apesar de tudo vigora na eclesiologia moderna: mas torna-se necessário considerar as duas<sup>6</sup>.

### **1.1.4. Sobre os leigos e a função apostólica da Igreja**

A função apostólica dos leigos na Igreja é sempre considerada como inscrita no movimento da Ação Católica, sendo esta definida por Pio XI como “a participação do laicado no apostolado hierárquico” ( UA, n.58 ). Trata-se de participação no conteúdo do apostolado e não no mandato apostólico da hierarquia e nos poderes que esse mandato comporta. E é por esta razão que Pio XII, ao definir a Ação Católica, substituiu

---

<sup>6</sup> Cf. CONGAR - *Jalons Pour Une Théologie Du Laicat*, p.461.

a palavra “participação” pela palavra “cooperação”, sem que no entanto tenha mudado o sentido da verdadeira definição.

O mandato da Ação Católica incorpora o apostolado dos fieis no dos pastores instituídos mas não cria um apostolado inteiramente novo em relação àquele que os mesmos fieis poderiam já exercer espontaneamente.

Existe um apostolado dos leigos anterior à Ação Católica, e em certos aspetos mais alargado do que a Ação Católica, baseado nos dons sacramentais e extra sacramentais que fazem o cristão. Assim este apostolado é, na Ação Católica, retomado e elevado ao nível de uma atividade totalmente eclesial, instituída como uma realidade de direito público. É por este mandato que a Ação Católica não toma o cuidado das almas mas exerce a influência cristã em determinados meios. Assim a missão própria do leigo é complementar da missão do sacerdote; e neste sentido pode-se dizer que os leigos formam, com o sacerdócio, o “sujeito operante e total” da missão apostólica da Igreja. O dever de um certo Apostolado é extensivo à vida cristã, mas o do militante da Ação Católica propriamente dito é mais específico e mais particular<sup>7</sup>.

#### **1.1.5. As diferentes formas da Ação Católica**

São diversas as fases de formação do militante da Ação Católica. Há a Ação Católica para jovens e para adultos, e há a possibilidade de diferentes realizações e empenhamentos. O grande objetivo é a ação sobre estruturas que determinam a pressão social: ação que é necessária em nome do realismo apostólico e que justifica quer as declarações dos Papas quer a própria natureza da missão da Igreja. Esta influência cristã deixa que as estruturas mantenham a sua natureza intrinsecamente profana. A Ação Católica é a parte intrinsecamente espiritual que dá o seu sentido ao empenhamento temporal do cristão, respeitando a consistência própria e as leis intrínsecas do temporal. O trabalho da Ação Católica não é para sacralizar mas para fazer voltar o temporal à sua autenticidade e integridade . E assim se define um domínio próprio dos leigos, no qual eles têm uma missão que os clérigos não podem completar. A sua missão é complementar à do sacerdócio. Há uma dualidade de planos e de ação que deve ser respeitada<sup>8</sup> .

---

<sup>7</sup> Cf. CONGAR - *Jalons Pour Une Théologie Du Laicat*, p.511-528.

<sup>8</sup> Cf. CONGAR \_ *Jalons Pour Une Théologie Du Laicat*, p.531-553.

### **1.1.6. Relação do padre e dos leigos na Ação Católica**

Os leigos são dirigentes de um organismo que está submetido à direção da hierarquia. O padre representa essa direção nas diferentes formas em que se apresenta organizada a Ação Católica. Ele deve desenvolver as atividades de um educador de consciências adultas, apoiando e aconselhando os leigos nos seus problemas da vida, tornando-se assim o ministro de uma religião de adultos; ao mesmo tempo ele não poderá responder senão escutando, nem realizar o seu trabalho senão num contacto e pelo diálogo permanente com os leigos.

### **1.1.7. A espiritualidade e santificação dos leigos empenhados no mundo**

O leigo está no mundo mas não é do mundo. A atitude evangélica de indiferença perante o mundo e o interesse pela vida eterna constituíram de início o ideal monástico. Nos primeiros séculos a Igreja fez também a experiência de uma grande influência do Cristianismo sobre a vida social e o mundo. E este “mundo” da cristandade, sempre tido como sujeito aos fins da Igreja, era somente o mundo; continuava a funcionar a perspectiva monástica e as realidades terrestres não eram estimadas em si mesmas: veja-se o exemplo do casamento.

Em épocas mais ligadas à militância na vida da Igreja, por exemplo sob Gregório VII, houve uma apreciação mais positiva da vida ativa, mas o fraco desenvolvimento da cultura entre os leigos e o domínio de uma referência às coisas celestes impediu uma plena valorização da vida cristã leiga. No fundo não havia uma vida plenamente secular. A ideia moderna do mundo laico começou a esboçar-se na filosofia de S. Tomás na qual começa como que a restituição progressiva ao humanismo de valores que o cristianismo antigo tinha lançado num puro divinismo. Assim se constata que começa a busca de uma ideia de vida cristã verdadeiramente laica e moderna no mundo, ao mesmo tempo que se procuram sinais de uma santidade nova e laica. Nesta linha surge a Ação Católica na qual é feita a descoberta de santificar a própria vida profana, com alguns perigos nesta atitude, e onde surge a aspiração a uma santidade na vida normal<sup>9</sup>.

Na busca de valores para uma santificação no mundo, como conciliar a verdade indiscutível da escatologia e o novo sentimento de um apelo à santificação no profano? Entre duas respostas insuficientes, a de uma encarnação demasiado otimista e a de uma atitude ascético-monástica segundo a qual o homem não se empenhava intimamente nos

---

<sup>9</sup> Cf. CONGAR \_ *Jalons Pour Une Théologie Du Laicat*, p.564-586.

seus afazeres temporais, é preciso procurar um caminho; mas um caminho que não anule o paradoxo inerente à condição do cristão na terra.

É preciso compreender a condição do cristão a partir da vontade de Deus que, elevando-o para além do mundo pelo seu apelo à “Cidade do Alto”, lhe entrega também o mundo como função e como dever. O cristão assume o mundo de uma forma diferente do não crente.

A santificação do leigo começa a partir da vontade de Deus que é santa e santificante; esta vontade tem para cada um implicações que englobam o mundo e os homens num único plano, e este plano deve realizar-se pela livre vontade e zelo de cada um: surge assim a vocação leiga. Cada um no seu lugar está determinado pelos seus dons. Apesar da variedade dos dons e das vocações, o seu exercício não deve ser isolado nem disperso já que faz parte da execução de um mesmo plano divino.

A santificação do leigo vai-se apurando numa atitude de serviço que tem as suas exigências. Torna-se como que administrador das coisas de Deus; é uma dupla exigência de serviço fiel : de competência e de domínio real dos nossos bens.

Outra atitude é a de empenhamento e responsabilidade não apenas pelas funções que Deus nos prescreve formalmente segundo o estado de cada um, mas também pelo bem que cada ocasião nos permite fazer: os valores do empenhamento e responsabilidade são características de uma vida cristã e adulta<sup>10</sup>.

Surgem no entanto questões do ponto de vista moral: entre uma sujeição totalmente passiva a normas pré-feitas e uma pura “ética de situação”, a verdade está na teologia tomista da prudência e dos dons do Espírito Santo.

A constituição de equipas é uma resposta normal e eficaz aos problemas colocados pela vida de empenhamento no mundo dos cristãos adultos, devendo nas mesmas equipas concretizar-se uma filosofia de união, de verdade e de comunidade.

Finalmente a Cruz aparece como o sinal que marca tanto a distinção do cristão do mundo como o seu empenhamento no mesmo mundo. Nesta perspectiva a cruz aparece sobretudo em três momentos: primeiro para purificar o uso do relativo ao serviço do absoluto; segundo para estabelecer na vida de cada um a verdadeira relação entre os fins intermédios e o fim supremo dando sentido ao sofrimento e ao sacrifício; e finalmente no trabalho de finalização cristológica do temporal numa perspectiva de ressurreição como fim das realizações terrestres e onde entra o papel da liturgia.

---

<sup>10</sup> Cf. CONGAR \_ *Jalons Pour Une Théologie Du Laicat*, p.593-612.

Perante o que até aqui fica exposto, sentindo como permanente a necessidade de que a situação e ação dos leigos seja sempre sustentada por uma correta formação e orientação, surge-nos naturalmente uma interrogação:

### **Como é que os leigos são a Igreja e fazem a Igreja ?**

Perante esta questão Yves Congar deixa-nos a sua resposta partindo do pressuposto de que, não sendo o leigo o sujeito da missão hierárquica que dá à instituição a sua estrutura, ele faz parte dessa mesma missão que se realiza nas seguintes formas:

– *através da dignidade real e sacerdotal do Corpo de Cristo como organismo vivo*, que só fica completo na diversidade dos seus membros que constituem um só em Cristo Jesus (Gal. 3,28).

– *pela sua organização em funções*, pois para que seja cumprido o programa de Corpo Místico e a sua missão de Igreja, a função dos leigos, situados na ligação da Igreja com o Mundo, é qualquer coisa de próprio e de insubstituível : a função do leigo é necessária tanto à missão da Igreja como à economia da Graça. Eles desenvolvem de uma forma insubstituível muitas ações no seu empenhamento profano, as quais completam plenamente a missão da Igreja.

– *nas ações da sua vida*, orientada por um princípio comunitário que se deve juntar ao princípio hierárquico; verifica-se pela história que o princípio hierárquico sempre funcionou isoladamente e que no Oriente e no Ocidente houve diferenças na ligação ao princípio comunitário. Só com esta ligação sacerdócio/laicado se consegue uma busca comum dos caminhos e dos meios para uma boa marcha da Igreja nas conjunturas concretas da história.

– *nesta ligação de princípios exige-se uma tradução em sinais*; e aqui estamos perante a importância e o valor das expressões litúrgicas<sup>11</sup>. A liturgia é por isso o grande local teológico onde se manifesta ou para onde pode ser trazida toda a riqueza de uma interação de hierarquia e comunidade.

## **1.2. Hans Urs Von Balthasar**

Em 1949 Von Balthasar apresentou um estudo em que o seu principal argumento era que o leigo é distinto do clérigo mas não do religioso. A posição deste autor sobre os leigos da Ação Católica mostra-se crítica: chama-lhes leigos clericalizados. Mas para

---

<sup>11</sup> Cf. CONGAR - *Jalons Pour Une Théologie Du Laicat*, p.639-645.

tentar uma harmonização entre o carácter religioso do leigo e o seu carácter não clerical, sugerindo um modelo de apostolado que permita a simbiose entre os dois , apresenta como solução o instituto secular. Esta seria portanto a estrutura que permitiria juntar, em ordem a um apostolado laical, todos os cristãos não clérigos.

### **1.3. Karl Rahner**

Quando em 1954 se ocupou com esta questão, Karl Rahner primeiro define o verdadeiro apostolado como uma influência sobre os outros em ordem à sua salvação; e de seguida apresenta as diversas formas de exercer essa influência partindo da sua origem: a clerical e a secular . Mesmo assim há formas de apostolado secular que, segundo o autor, não são mais do que “apostolado hierárquico de missão” dando como exemplo a vida e a ação de Maria Teresa de Ledochowska (1861-1922), considerada como principal promotora do moderno movimento missionário<sup>12</sup>.

Na avaliação que fez da Ação Católica, formada por cristãos que a ela dedicam toda a sua vida, tomando-a como a sua ocupação principal, afirma que não é um apostolado secular mas antes uma organização do apostolado hierárquico com a finalidade de estimular o apostolado secular; não se trata portanto da mesma coisa. A Ação Católica não exerce um apostolado secular pelo facto de a esse órgão hierárquico pertencerem como dirigentes pessoas casadas e pessoas não consagradas, pois tal facto não altera a índole hierárquica destes sectores. É sobretudo por uma questão de oportunidade que hoje são indicadas pessoas do estado secular , de idade madura e casadas, para certas tarefas do apostolado hierárquico, até porque em alguns países o clero consagrado ainda passa por ser uma classe que, como tal, não tem acesso fácil a determinados setores e estratos sociais. A própria composição das equipas de trabalho, com ou sem membros do clero, continua a ser, pela mesma razão, uma questão de oportunidade e não uma questão de princípios.

#### **1.3.1. A “actio catholicorum”, apostolado próprio dos seculares**

É em contraposição com a Ação Católica e com o apostolado hierárquico que o apostolado dos seculares é apresentado como “actio catholicorum”: é uma ação fundada na solicitude pelo bem dos outros que incumbe a todo o cristão batizado, no seu lugar

---

<sup>12</sup> Cf. RAHNER, K. - *Escritos de Teologia II*. Madrid: Editiones Cristianidad, 2002, p.335-336.

mundano e que lhe compete mesmo sem participação no ministério nem no seu apostolado .

Este não é um apostolado de missão ministerial e profissional, mas um apostolado da caridade na situação mundana do secular, situação que faz parte da sua condição de secular. Todo o cristão, pelo seu batismo e confirmação e sem encargo especial, está autorizado e obrigado a dar testemunho da sua fé, a interessar-se pelo seu próximo e pela sua salvação. É possível que ele até contribua mais que o apostolado hierárquico para a instrução e propagação da fé e para a educação moral e social, pois é pelo testemunho da sua fé e de Cristo que ele atua no meio dos homens pela sua existência mundana, família, trabalho, amizades e vizinhança, onde deve naturalmente manifestar-se como cristão. Assim o apostolado secular deriva da própria essência do cristão e está determinado na sua extensão e modalidade, não para uma missão recebida de cima mas a partir de baixo, isto é, a partir da sua própria situação mundana. A sua influência cristã desenvolve-se através das suas relações mundanas em vez de ser originada numa nova missão ou encargo, não ultrapassa o seu espaço físico ou espiritual, mas opera nesse mesmo espaço. É missionário enquanto vive exemplarmente o seu cristianismo, e naturalmente que este tipo de vida implica também a palavra, o testemunho, a advertência, a exortação e a admoestação entre iguais. Toda esta ação é apoiada e legitimada no facto de que o cristão vive no mesmo meio espacial e humano que o outro junto do qual é apóstolo.

A obrigatoriedade e eficácia deste apostolado deriva da essência do ser cristão, o que leva a que todos tenham que ser incluídos na prática da caridade cristã tanto na esfera mundana como na solicitude pela sua salvação. Não exclui ninguém mas, naturalmente, como virtude cristã realista e não abstrata, segue a ordem natural de começar pelos mais próximos, a família, etc. A sua força de apostolado pode ficar ligada à sua área intramundana; não sai para fora com uma missão. Aqui está não só o seu limite, mas também a sua força: é um apostolado realizado no concreto do ambiente conhecido, de homem para homem, na realidade da vida terrestre, no concreto de todos os dias e não no abstrato de uma teoria; dá o exemplo com a realização efetiva e não apresenta uma doutrina de normas gerais; é uma demonstração de força da graça na linguagem da vida normal.

### **1.3.2. Finalidade fundamental do apostolado secular**

Este apostolado realiza-se também e essencialmente pelo desempenho exemplar da tarefa cristã própria do secular enquanto tal: como membro da Igreja fazer com que o mundo, sem deixar de ser mundo, se converta em material de existência cristã, se redima e se santifique. A ciência, a arte, a medicina, a política, a economia, o trabalho, o matrimónio, quer dizer, todas as dimensões da existência humana são, sem prejuízo das suas finalidades próprias, uma interrogação na ordem concreta da salvação e da condenação, à qual em concreto só o cristão, na graça de Deus, pode responder. Quando o cristão no mundo, com a realidade da sua vida, dá a resposta da paciência, da liberdade interior, da autenticidade, da perseverança e da serenidade nos diversos campos, então, e só com isso, exerce o seu apostolado secular<sup>13</sup>.

### **1.3.3. Campo de ação e forma de atuar**

Antes de mais o lugar de ação do apostolado secular é sempre no campo mundano da existência cristã marcada pela solicitude pela salvação do próximo e que de facto se torna salvadora para esse mesmo próximo. Em todas as dimensões e tarefas da existência humana e cristã, o caraterístico do apostolado secular não é o proselitismo direto, a propaganda, a insinuação, conversão, exortação e admoestação, como é caraterístico de um apostolado de missão; mas é a realização exemplar da existência cristã nestas dimensões que atua como modelo eficaz. Isto não significa que o cristão secular não deva falar tornando-se um exemplo de recato e de discrição. Ele deve sem dúvida falar e atuar onde entender que o deve fazer na sua esfera de ação no campo mundano e não mais do que isso.

Não se deve recear que desta forma se limite demasiado o campo do apostolado secular. Mesmo assim ele é infinitamente vasto. Nada lhe está proibido quanto ao seu objetivo; simplesmente ele poderá entrar numa forma de apostolado que já não lhe compete. Mas se o fizer será sempre uma decisão livre e louvável, mas não já um dever apostólico que lhe pertença como a um batizado secular. O que fizer neste sentido já não é considerado teologicamente apostolado secular, mas uma parcela de apostolado hierárquico que assume com consentimento expresso ou tácito da hierarquia; a pessoa nesta situação, mesmo não sendo consagrado, deixa de ser secular.

---

<sup>13</sup> Cf. RAHNER K. \_ *Escritos de Teología II*. Madrid:Ediciones Cristianidad. 2002, p.337-340.



#### **1.3.4. A formação para o apostolado secular**

É importante que se perceba com clareza a importância da formação para o apostolado secular, pois só assim se perceberá como deve ser orientada a educação do secular em ordem ao apostolado.

A educação para o apostolado secular sem a formação de um cristianismo interior e santo é, em princípio, absurda. Um treino como soldado do “exército de salvação” nada tem a ver com uma escola católica de apostolado secular; quando muito viria a ser uma preparação para funcionário subalterno do apostolado hierárquico.

O secular tem de ser apóstolo mediante a sua condição de cristão e esta tem de ser testemunho apostólico em favor do cristianismo; as suas obras e palavras só serão testemunho enquanto fizerem parte, na sua atividade, da sua existência humana. A educação para o apostolado secular é uma educação para a ação dos católicos e não uma educação para a Ação Católica: esta ação dos católicos é um verdadeiro e pleno cristianismo que é necessariamente dinâmico. Esta perspectiva devia estar bem presente nas associações religiosas de seculares sob a direção eclesiástica.

É claro que também existe uma “educação para a Ação Católica”, mas na prática esta consiste em recrutar seculares que tomem parte no apostolado hierárquico do clero, e neste caso o secular deixa de o ser dado que esta participação passa a ser profissional e modifica o seu estado e posição anterior. No entanto nada impede que um secular, de uma forma reduzida, participe no apostolado hierárquico da Igreja, sendo por vezes convidado a suprir algumas ausências da pessoa apropriada. Por outro lado nada impede que a Ação Católica faça o recrutamento de seculares que ajudem o pároco, o informem sobre doentes, moribundos e outras situações de certa emergência a que o pároco não tem acesso direto. Estas ações são boas, dignas e úteis; são um apostolado que deve ser apoiado, pois constitui um complemento recomendável na vida de cristãos seculares que não se sentem de facto totalmente realizados só com a sua profissão mundana e as possibilidades próprias do apostolado secular.

#### **1.3.5. Duas espécies de organizações**

Do que fica exposto até aqui resulta uma visão bipartida das organizações eclesiásticas (em sentido lato) de seculares tendo como base também a sua origem, a sua dependência das suas autoridades e a influência exercida sobre elas pela hierarquia eclesiástica:

- a) Existem organizações eclesiásticas em sentido próprio e restrito.

São aquelas que são criadas pela própria hierarquia para a execução das suas tarefas apostólicas, recrutando seculares voluntários que se disponibilizam para a execução das ditas tarefas. Participam na atividade santificadora da Igreja a um nível superior ao que é comumente exigido bem como se mostram dispostos a colaborar apostolicamente com a hierarquia. Tratando-se de organizações eclesiais propriamente ditas para a colaboração apostólica de seculares em tarefas próprias da hierarquia, pode acontecer que estes seculares não consagrados deem a sua colaboração a ponto de fazerem desta colaboração o seu ofício principal, e nesse caso deixam de ser seculares em sentido teológico. Noutros casos apenas cedem parte do seu tempo e das suas energias, conforme as suas disponibilidades, não deixando de ser seculares.

Todas estas organizações eclesiais, em sentido restrito, e enquanto são organizações da atividade propriamente eclesial, tendo como finalidade a santificação própria e o apostolado, têm a sua origem imediata na iniciativa da hierarquia da Igreja e por direito dela dependem na sua ação. São fundadas pela Igreja.

Por outro lado, enquanto atuam sujeitas ao influxo e mandato da Igreja, fazem o que a Igreja hierárquica lhes ordena que façam e assim, o que fazem é manifestação da Igreja, são parcelas da vida da Igreja enquanto tal, não apenas cristianismo eclesial no mundo mas são a própria Igreja.

São casos concretos destas organizações em sentido restrito as Ordens Terceiras, as Congregações Marianas, as Confrarias, as Associações de Apoio às Missões, etc. . Por muito que incitem os seus membros ao apostolado secular, são formas de organização do apostolado hierárquico destinadas a facilitar o exercício da sua função junto dos seculares.

**b) Há organizações de seculares como tais.**

Nessas organizações os seculares fomentam a sua vida cristã secular. Alguns exemplos são as associações de estudantes, grupos de juventude, associações intelectuais e outras. Caracterizam-se pelo facto de o seu fim principal, objetivo imediato, não ser o religioso em si; esse objetivo tem um conteúdo profano, civil, mundano, cultural, humano, ou o que mais se possa especificar desde que se diferencie do formalmente religioso. Por outro lado também se caracterizam estas organizações mundanas de católicos seculares pelo facto de se reconhecer no mundano uma tarefa cristã que em último caso tem relação com a salvação eterna, e tem um cunho divino pelo apelo que Deus dirige ao homem também na natureza criada. Este apelo, na sua expressão concreta e definida não pode ser determinado

pela hierarquia; por isso o secular tem aqui, no terreno do mundano, uma missão cristã com verdadeira autonomia, dirigindo mesmo estas organizações. Aqui o eclesiástico só pode ser assistente, conselheiro ou pai espiritual, ou seja, utilizar esta comunidade como base sociológica da sua própria missão.

Como se pode compreender, na prática não são rígidos mas podem ser flutuantes os limites entre organizações propriamente eclesiásticas e as mundanas seculares cristãs. Pode até suceder que uma mesma organização, sociológica e teologicamente considerada, realize ambos os tipos de ação por tender simultaneamente para os dois objetivos completamente distintos; e aí deve ter-se sempre presente a diferença com todas as suas consequências<sup>14</sup>, pois nem sempre será fácil ter esta visão abrangente.

### **1.3.6. A importância do apostolado secular**

Da importância do apostolado secular pouco haverá a acrescentar. Rahner apresenta-nos agora uma certa contextualização desta temática relembrando a vida e história da Igreja:

a) A partir da idade média, e especialmente na época atual, a dificuldade da missão da Igreja pode resumir-se deste modo: em contraste com épocas anteriores, os setores não religiosos da vida adquiriram uma densidade, um peso, uma complexidade e uma capacidade de absorção quase incontroláveis. Numa visão de conjunto poder-se-á perguntar o que poderia interessar e absorver espiritualmente o homem de outros tempos, uma vez satisfeitas as suas mais imediatas necessidades vitais. E a resposta seria, em linhas gerais, apenas a questão religiosa da existência. Além disso nada mais, pois até a ciência e a arte existiam em função do religioso.

Se lançarmos a mesma questão ao homem de hoje teremos como resposta: o que interessa para além do religioso é quase incalculável; as novas realidades da existência humana exigem agora ser humanamente dominadas e vividas cristãmente com todas as suas problemáticas, para evitar o perigo de virem a sufocar e até sepultar o religioso e o profano. Mas esta tarefa, definitivamente só pode ser realizada pelo secular e já não pelo sacerdote. Pela sua profissão o sacerdote não pode ter para com estas dimensões da existência humana a mesma relação plena e espontânea do secular. É o secular e só ele que tem esse dever e capacidade precisamente através da sua ação de apostolado secular:

“Esta nova situação dá ao apostolado secular um novo significado que antes não tinha. Hoje pela primeira vez existe «mundo» num sentido histórico e completamente novo: o mundo

---

<sup>14</sup> Cf. RAHNER - *Escritos de Teología*, p.340-348.

que o próprio homem fez a partir da natureza. Essa é a razão pela qual definitivamente só pode cristianizar este mundo aquele mesmo que o fez, ou seja, o secular. Nem por isso resulta menos urgente, insubstituível e santa a tarefa do sacerdote. O sacerdote tem o sagrado em suas mãos, administra as fontes daquilo que o secular tem de introduzir no seu mundo. Constantemente deve voltar a cristianizar os homens que têm de realizar no mundo a sua tarefa cristã; secular e sacerdote não são concorrentes na tarefa missionária e apostólica. Cada um tem a sua missão intransmissível. Mas na medida em que cada homem vive no seu próprio mundo, e não apenas no mundo que Deus criou, o apostolado secular adquire um significado novo e insubstituível”<sup>15</sup>.

b) Tudo o que não é apostolado secular, por exemplo toda a Ação Católica, pode ter e tem também grande importância. Mas tal só se verifica enquanto servir a ação dos católicos seculares estimulando, educando e coordenando . Praticamente a Ação Católica, considerada no seu conjunto, só dará resultado através da ação dos católicos. Não se imponha aos seculares qualquer apostolado que não os anime existencialmente ou para o qual não se sintam chamados. Pois se tal acontecer poderá haver apenas durante algum tempo ações heroicas e frutuosas mas no fim o empenho acabará por fracassar. Há que propor um caminho mais amplo mas ao mesmo tempo mais seguro.

A importância da Ação Católica fica assim definida, na sua essência e extensão, pela importância da ação dos católicos, ação essa sempre desenvolvida no local onde se devem ocupar: o mundo<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup>RAHNER - *Escritos de Teología*, p.349.

<sup>16</sup> Cf. RAHNER - *Escritos de Teologia*, p.349-350

# CAPÍTULO 2

## 2. A DISCUSSÃO NO CONTEXTO CONCILIAR

Perante o desenvolvimento teológico que antes do Concílio já se fazia sentir e conhecer sobre a temática do laicado, e também já a sua influência na vida da Igreja, era de prever que o assunto fosse mesmo tratado pelo Concílio. Para tal o Papa convocou também os teólogos que até então se vinham ocupando deste tema para que, em sede própria, a Igreja sob a ação do Espírito Santo, o mesmo fosse devidamente tratado.

### 2.1. A definição tipológica do leigo cristão no Vaticano II

O tema do laicado não tem viabilidade de ser devidamente tratado sem ter sempre presente a antropologia e a eclesiologia devidamente definidas e relacionadas. Assim a noção ou definição do cristão leigo aparecerá sempre interligada, se não mesmo dependente, com a conceção que simultaneamente se tiver da eclesiologia e da antropologia. A razão da simbiose quase natural entre estas duas áreas de reflexão é o facto de, sendo elas perfeitamente distintas entre si, no campo da operacionalidade, na ação pastoral, no apostolado laical, não é possível qualquer ação válida sem que as mesmas estejam simultaneamente presentes.

#### 2.1.1. O problema

No contexto judaico era designado por «leigo» tudo o que não era consagrado, nem reservado para os sacerdotes e para os levitas para o serviço do culto; a palavra era sinónimo de «profano». Paralelamente, nos textos cristãos, «leigo» opunha-se a «sacerdote» e «diácono» e ainda a «clérigo»; a palavra significa sempre por isso uma categoria especial de cristãos, ou seja aqueles que não são consagrados para o serviço de Deus. Sem dúvida que os cargos e as responsabilidades dos leigos podem ter sido mais importantes na Igreja de outrora do que hoje. Mas do ponto de vista semântico não se vislumbra qualquer sinal de evolução no sentido do próprio termo «leigo».

Torna-se muito importante distinguir cuidadosamente o estudo do vocabulário da teologia, por muito ligados que eles possam estar. Nesta perspetiva pode parecer que o

papel dos leigos era concebido de uma forma muito negativa: aqueles que não são clérigos. Isto é um erro. Todo o significado de uma função na Igreja não pode ser deduzido da análise do termo que a designa. A valorização do laicado não deve consistir em atribuir ao termo «leigo» um sentido que ele não tem; é preciso mostrar qual era o papel da própria *função*. Teologicamente falando, é inteiramente verdade que os leigos são membros do Povo de Deus, e assim se mostra que esta doutrina não é o conteúdo formal da palavra «leigo». Registe-se ainda que, se na linguagem corrente, o termo tomou por vezes um novo sentido (*leigo* igual a *ateu*), o mesmo não se passa na terminologia canónica no interior da Igreja<sup>17</sup>.

A história mostra que os leigos não foram reconhecidos na sua realidade e em pleno pela Igreja enquanto o próprio homem não descobriu o mundo. E esta descoberta veio aclarar o verdadeiro sentido do mundo em si mesmo na medida em que mostrou os seus valores simples que fazem deste mesmo mundo a morada digna do homem. Este carater leigo ou secular do mundo no sentido antropológico provocou o reconhecimento da dimensão mundana e secular da existência humana e projetou nova luz sobre o estado do leigo cristão que não deve ser confundido com “laicismo”.

A relação histórica entre a descoberta do carater “leigo” ou “secular” deste mundo e o leigo na Igreja, influenciou fortemente as primeiras tentativas de criar uma teologia do laicado. Uns duvidavam se esta relação com o mundo deveria entrar na definição teológica do leigo; daqui se sentiu a necessidade de que a definição do “leigo” deve ser feita numa perspectiva “eclesiológica”, isto é, começando pela natureza da Igreja. Mesmo assim não se conseguiu mais do que caraterizar o “leigo” como “aquele que não tem cargo”, pois se partia do princípio de que a Igreja tem uma missão especificamente religiosa, o que indicava que não haveria lugar para incluir um relacionamento secular numa definição teológica. Assim este relacionamento foi omitido no conceito teológico de “leigo”, e teológica e canonicamente o leigo foi simplesmente definido em oposição àquele que exerce um ministério na Igreja. O leigo é aquele que não tem cargo.

Esta definição é apenas negativa e relativa; todavia possui conteúdo positivo pois o conceito leigo torna-nos presente de imediato o conceito clérigo, sendo os dois conceitos funcionais e de carater positivo: ambos são membros da mesma Igreja. Todas as riquezas do “ser cristão” pertencem a todo o povo de Deus. Num sentido vivo e positivo um cristão é chamado leigo simplesmente em comparação com o cristão que

---

<sup>17</sup> Cf. De La POTTERIE Ig., *L'origine et le sens primitif du mot «laïc»*, in N. R. Th., 80 (1958), p. 840-853.

exerce uma função hierárquica. O cristão “sem cargo”, secular, tem de viver de igual forma os seus princípios cristãos como o cristão “com cargo” tem de viver. Os dois assumem toda a riqueza contida em se ser membro da Igreja, quer com compromisso num serviço especial quer sem ele.

O termo “laikos” indicava inicialmente uma posição de oposição aos líderes do mesmo povo: significado muito antigo. O atual emprego teológico do termo nada tem a ver com o seu uso moderno e sociologicamente corrente. A semântica do termo mudou. Mas podemos examinar o seu sentido moderno e perguntar se o mesmo não poderá enriquecer o seu sentido canónico e teológico: examinar o seu sentido moderno à luz da teologia cristã. Em eclesiologia será possível se a relação do “leigo” com o mundo “leigo” implicar uma relação verdadeiramente cristã e para tal terá que ser encontrado um conceito teológico do aspeto secular. Só a partir daí se deverá incluir a relação cristã do próprio leigo com este mundo secular na definição teológica do leigo.

É este o problema. Veremos o que nos diz o Vaticano II no quarto capítulo “sobre os leigos”, na Constituição dogmática sobre a Igreja. Para tentar compreender a evolução do documento conciliar sobre este assunto torna-se necessário seguir o desenvolvimento da definição conciliar até ao texto final e definitivo.

### **2.1.2. Em busca de uma definição conciliar correta**

O esboço original do esquema “Sobre a Igreja” já continha um capítulo separado “Sobre os Leigos”. Quando este esquema foi remetido à Comissão Conciliar para revisão no fim da primeira sessão, o texto pré-conciliar “Sobre os Leigos” ficou, em grande parte como base do novo texto.

#### **a) O primeiro texto**

Sobre a “definição” de leigo este texto tem a seguinte passagem:

«Sacrossancta Synodus hic sub nomine laicorum intelligit fideles, qui baptisate ad populum Dei apposit, attamen in saeculo commorantes, solis communibus normis vitae christianae reguntur. Animu scilicet dirigit ad fideles illos, qui neque ad hierarchiam ordinis neque ad statum religiosum, ab Ecclesia sancitum, ex populo Dei vocati sunt, sed peculiari modo per opera quoque saecularia sanctitatem christianam ad gloriam Dei prosequi debent. In laboribus saeculi partes agunt, sed spiritu evangélico ducti, malitiae mundi valide opponuntur, immo vocatione sua christiana mundum velut ab intra sanctificant»<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> SCHILLEBEECKX, Edward – A Definição Tipológica da Leigo Cristão conforme o Vaticano II. In BARAUNA, Frei Guilherme, dir.- *A Igreja do Vaticano II*. Rio de Janeiro: Vozes, 1965, p.983. Tradução:

Este texto foi a base de todas as revisões posteriores.

No seu comentário a este texto a Comissão Conciliar declarou que não pretendia dar uma definição teológica do leigo cristão. No texto a palavra “hic” admite que há outros contextos para o sentido da palavra “leigo”. Emprega o termo segundo o seu uso eclesiástico ou seja: é tipificado positivamente por ser um membro da Igreja como povo de Deus, e negativamente, por não ser ordenado e não pertencer à hierarquia, por não ser religioso dado não pertencer a nenhuma congregação. É este também o sentido dado pelos cristãos em geral à palavra “leigo”. Se pusermos clérigos e religiosos de um lado, a palavra “leigo” engloba o resto do povo de Deus.

A descrição da laicidade na Igreja junta ao estado do leigo o “ocupar-se dos assuntos deste mundo”. Deve procurar a santidade e a glória de Deus a seu modo especial, ou seja, tendo atividades seculares animadas pelo espírito do Evangelho.

Neste início estão já incluídos três aspetos no conceito cristão de leigo: pertence à Igreja como povo de Deus, não é ordenado nem pertence a uma ordem religiosa ou congregação, está empenhado cristãmente nos assuntos deste mundo. Esta última característica não se apresenta como explicitamente ligada ou resultante do facto de não ser religioso.

#### **b) Segundo esquema redigido pela comissão conciliar.**

Este segundo esquema, para debate na segunda sessão, formula a posição quase da mesma maneira:

«Sacrossancta Synodus nomine laicorum intelligit fideles, qui baptizati in Populum Dei cooptati in communi christifidelium statu Deo serviunt, et pro parte sua missionem totius populi christiani in mundo exercent, etiam per actionem religiosam, sed neque ad ordinem hierarchicum, neque ad statum religiosum ab Ecclesia sancitum pertinent. Animum scilicet convertit ad illos qui in laboribus huius mundi partes agunt, sed spiritu evangélico ducti, concupiscentiis saeculi valide opponuntur, immo vocatione sua christiana mundum velut ab intra sanctificant»<sup>19</sup>.

---

“Aqui ( neste contexto ) o Santo Sínodo entende pela palavra leigos os fieis que são incorporados no povo de Deus pelo batismo mas, vivendo no mundo, são guiados somente pelas normas gerais da vida cristã. O Sínodo interessa-se portanto por aqueles fieis que não foram chamados do Povo de Deus à hierarquia das ordens sacras ou ao estado religioso aprovado pela Igreja, mas que devem procurar a santidade cristã para a glória de Deus no seu próprio modo de vida, mesmo na atividade secular. Ativamente ocupados nos assuntos deste mundo, mas guiados pelo espírito do evangelho, eles combatem corajosamente o mal deste mundo e até santificam o mundo, por assim dizer por dentro, pela sua vocação cristã”.

<sup>19</sup> SCHILLEBEECKX, Edward – A Definição Tipológica do Leigo cristão conforme o Vaticano II. p.985. Tradução: “Pelo nome de leigos o Santo Sínodo entende os fieis que, incorporados no povo de Deus pelo



No seu conteúdo este texto é muito semelhante ao primeiro esquema. Mas nota-se uma diferença na ênfase quando se coloca a frase do primeiro esquema “que inclui *atividade secular*” ao lado da frase equivalente de segundo esquema “que inclui *atividade religiosa*”. Esta especifica que os leigos não estão fora da missão primária, isto é, da missão religiosa de toda a Igreja. Embora não tenham cargo devem contribuir ativamente, não só com a sua atividade cristã secular, mas também contribuindo diretamente para a evangelização da Igreja de forma não clerical. No entanto, segundo este texto, a relação do leigo com o mundo secular está fora do conceito teológico de “leigo”. Tal facto originou uma nota explicativa da Comissão conciliar a dizer que esta relação se refere à “situação concreta do leigo na sociedade”. Parece que o texto considera este aspeto “leigo” ou “secular” do laicado como elemento não eclesiológico. O elemento eclesiológico está na cooperação com a missão da Igreja, e esta cooperação “inclui atividades religiosas”. Por outras palavras o texto admite apenas implicitamente que a atividade secular de um cristão entre, seja de que forma for, na sua cooperação com a missão da Igreja. De qualquer forma o acento está na missão primária e religiosa. Enquanto o primeiro esquema frisava o significado cristão da atividade secular, parece que o segundo contém uma reação implícita contra aqueles que pretendiam basear a definição do leigo cristão na sua relação com o mundo secular. A Comissão certamente quis referir-se à situação concreta do leigo na sociedade e não incluir esta relação com o mundo secular na definição teológica do laicado.

Uma outra diferença entre os dois textos pode ser encontrada na frase algo moralizante “guiados pelas normas gerais da vida cristã” do primeiro esquema e que foi substituída por “servirem a Deus no estado comum dos fieis de Cristo” no segundo esquema, o que ilustra a distinção do povo leigo dos estados clerical e religioso.

### **c) As Emendas ao segundo esquema: o Terceiro Esquema**

O segundo esquema foi aprovado como base de discussão.

Durante o debate no Vaticano sobre o capítulo dos leigos (esquema segundo) muitos bispos acharam que a definição de laicado era negativa e demasiado breve. Entendiam

---

batismo, servem a Deus no estado comum, e da parte deles cumprem a missão de todo o povo cristão do mundo, abrangendo a atividade religiosa; mas não pertencem à ordem hierárquica nem ao estado religioso aprovado pela Igreja. O Sínodo portanto refere-se àqueles que estão ativamente empenhados nos assuntos deste mundo e santificam o mundo, por assim dizer, a partir de dentro, pela sua vocação cristã”.

que a realidade da vida dos leigos neste mundo deveria ser expressa de forma mais vigorosa. Muitos exigiram ainda uma explicação mais clara da frase «que santifica o mundo por assim dizer de dentro para fora». E finalmente foi exigido que a frase «o estado comum dos fieis cristãos » fosse substituída por algo mais significativo.

Atendendo a estas intervenções dos bispos foi proposta a seguinte forma emendada do segundo esquema, ou seja o terceiro esquema, aos Padres Conciliares durante a terceira sessão para aprovação e correção final, dado que apresentava modificações com algum significado na sua forma de expressão.

Na seguinte citação as adições e correções para o segundo esquema estão em *itálico*.

### **Primeira parte:**

«Nomine laicorum *hic* intelliguntur omnes Christifideles *praeter membra ordinis sacri* et status religiosi in Ecclesia sanciti, Christifideles scilicet qui, utpote baptizati *Christo incorporati*, in Populum Dei constituti, *et de munere Christi sacerdotale, prophetico et regali suo modo participes facti*, pro parte sua missionem totius populi christiani in *Ecclesia et in mundo exercent*».

### **Segunda parte:**

«*Laicis índoles saecularis propria et peculiaris est. ...Laici... tota ratione vitae peculiariter, etsi non exclusive, ad res temporales gerendas et secundum Deum ordinandas vocantur. In saeculo vivunt... Ibi a Deo vocantur, ut suum proprium múnus exercendo, spiritu evangélico ducti, fermenti instar ad mundi sanctificationem velut ab intra conferant, sicque praeprimis testimonio vitae suae, fide, spe et caritate fulgentes, Christum aliis manifestunt. Ad illos ergo peculiari modo spectat res temporales omnes, quibus arcte coniunguntur, ita illuminare et ordinare, ut secundum Christum iugiter fiant et crescant et sint in laudem Creatoris et Redemptoris*»<sup>20</sup>.

Este texto, não necessita de tradução separada, pois salvo poucas mudanças, é idêntico à tradução final que mais adiante se verá.

Verifica-se assim que a Comissão fez exatamente o que foi pedido pelo Concílio: a) fez uma análise mais completa do « estado comum dos fieis de Cristo » ; b) desenvolveu de uma forma mais completa a responsabilidade do leigo no mundo secular, e c) explicou melhor a frase «que santifica o mundo, por assim dizer, de dentro para fora». É notório que o texto também tentou conciliar as exigências daqueles que queriam dar mais ênfase

---

<sup>20</sup> SCHILLEBEECKX, Edward – A Definição Tipológica do Leigo, p.987.

ao papel do leigo *na Igreja* com os pedidos daqueles que queriam frisar a tarefa cristã do leigo *no mundo* : duas tendências opostas mas que não se excluem mutuamente.

Este último ponto foi alcançado com a fórmula : “Os leigos participam ativamente da missão de todo o povo cristão *na Igreja e no mundo*”. Esta solução resolveu tanto a tendência de dar mais ênfase ao primeiro esquema, incluindo a atividade secular, como ao segundo incluindo a atividade religiosa.

A partir daqui o leigo é ativamente integrado na missão de toda a Igreja, embora não possuindo cargo, e por isso tem uma função na Igreja e no mundo; a noção eclesiológica de “leigo” assume agora a sua relação cristã com o mundo secular . Ele participa na missão do povo de Deus, não só na Igreja mas também no mundo . Este esquema assim emendado frisa tanto a distinção entre as tarefas religiosas dos leigos e as suas tarefas seculares e civis, como sublinha a combinação harmoniosa destas mesmas tarefas. Fica também claro que com este esquema não se pretendeu dar uma definição “ontológica” do leigo mas antes uma descrição “tipológica” dos seus elementos distintivos. Esta atitude foi tomada para evitar alguns aspetos controversos, e também porque os termos «laicitas» e «secularitas», que em alguns países europeus tem um sentido bem diferente de laicidade e secularidade total, não são comuns noutros países, o que causaria confusão.

Ficam também mantidas as partes originais da definição de leigo. Primeiro há que considerar a qualificação positiva e genérica do fiel leigo. E não existindo mudança de conteúdo, “o estado comum” do fiel é formulado de uma maneira que sugere vigorosamente a sua riqueza interior o que dá sentido também àquilo que clero e leigo têm basicamente em comum. Embora não tenha cargo, o leigo participa da missão sacerdotal, profética e real de Cristo e da Igreja toda, tanto no mundo como na Igreja.

Esta parte genérica da definição é especificada pela precisão restritiva do leigo: não é ordenado nem pertence a uma ordem religiosa ou congregação; esta restrição é típica do leigo.

Tal como nos esquemas anteriores, a controvérsia entre K. Rahner e H. Urs von Balthasar manteve-se aberta; este debate versa sobre a questão de se saber se os membros dos institutos seculares devem ser considerados *leigos* ou *religiosos* .

Na segunda parte da definição do leigo a Comissão não pretende apresentar qualquer novidade. Tudo dá a entender que o único motivo foi explicar mais pormenorizadamente o que devia ser entendido na primeira parte com a declaração de que o leigo participa na missão da Igreja *também no mundo* e não somente na

Igreja. O esquema especifica que o “carater secular” é próprio do leigo. O texto definitivo diz explicitamente que «Por vocação própria , compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus» ( LG, 31). Este pensamento já se encontrava no esquema anterior, mas neste agora procura-se de uma forma notória o lugar exato para esta relação do laicado cristão com o mundo secular. Este elemento secular insere-se na descrição tipológica do leigo.

Segundo a Constituição, a expressão «não membro de uma ordem religiosa» quer reforçar o «carater secular» como sendo de certa forma uma “qualificação específica” dos leigos. A formulação negativa do «não» implica uma relação positiva do leigo cristão com a sua atividade no mundo. Esta posição cristã do leigo no mundo constitui por isso uma «vocação especial» (“peculiariter vocantur”). Em suma pode-se dizer que o laicado constitui um “estado” na Igreja, ou num sentido mais amplo um “estado de vida”. O mundo é como que o posto do leigo onde este deve primeiro reconhecer o mundo em si mesmo, dirigi-lo para a glória de Deus, e neste mesmo mundo santificar-se a si mesmo e aos outros.

#### **d) Últimas correções e redação final do esquema: O Quarto Esquema da Constituição.**

A redação final da tentativa de definir a posição do leigo na Igreja não difere do esquema emendado. No entanto foi pedida uma correção que foi aceite pela Comissão já depois do Concílio, com uma nova expressão para esclarecer aquilo que os anteriores esquemas realmente queriam dizer; foi uma questão de encontrar uma melhor fraseologia. E assim ficou o texto emendado: «É específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus». Como descrição da função típica do leigo, as palavras do esquema anterior emendado: «res temporales gerere et secundum Deum ordinare», não manifestavam o carater específico desta função. O novo texto , de forma explícita, integra esta função tipicamente leiga na perspetiva teológica da vida: a *vocação específica do leigo*, no sentido eclesiológico, *não* é dirigir a vida secular numa base simplesmente ética ( o que é a vocação de todos os homens ), mas «procurar o Reino de Deus», que é a vocação de todos aqueles que pertencem ao povo de Deus. A função típica e própria do leigo é fazer tudo isto pela humanização do mundo, o que equivale a dizer, em última análise, conforme a vontade de Deus. O motivo desta alteração feliz de última hora foi que os cinco Padres do Concílio que apresentaram esta alteração

estavam com receio de que se tivesse dado demasiado ênfase ao caráter secular do laicado cristão; por outras palavras poderá dizer-se que este caráter secular poderia vir a ser interpretado em termos demasiado humanos, e não explicitamente interpretado num sentido eclesiológico. Este texto não prejudica o elemento tipicamente leigo, ou seja, a ordem da vida nesta terra, mas integra-o na única e correta perspectiva cristã, isto é, na busca do Reino de Deus. Aliás esta era já desde o princípio a intenção dos vários esquemas pois o comentário da Comissão sobre o esquema pre-conciliar já dizia expressamente que «o leigo não é um homem secular, mas um membro da Igreja num mundo secular». Na busca do Reino de Deus o leigo trata dos assuntos deste mundo. Este foi desde o princípio o ponto de vista da Comissão que sempre considerou o caráter religioso do leigo cristão, enquanto que a Constituição evita explicitamente todas as formas de clericalismo.

### **2.1.3. A definição tipológica do leigo segundo o Vaticano II**

A definição do leigo em sentido eclesiástico compreende os três elementos seguintes :

a) Primeiro o leigo é definido genericamente pela sua pertença ativa à Igreja como Povo de Deus; compartilha a missão total da Igreja toda. Assim se assinala, num sentido positivo, toda a riqueza desta qualidade de ser membro, e põe em relevo tudo o que é comum ao sacerdote e ao leigo no seu *ser* cristão e na sua atividade cristã. O leigo também é responsável pela Igreja toda. O Concílio rejeita assim claramente a ideia que faz da Igreja o domínio do clero, e do mundo o domínio do leigo. Por direito próprio os leigos são responsáveis pela própria Igreja, o que alarga de modo considerável a definição negativa do Direito Canónico. Numa perspectiva mais positiva pode-se dizer que a riqueza do conceito “Christifideles”, que é igualmente canónico, fica agora mais intimamente ligado ao conceito de “leigo”. Embora haja diferença essencial entre clero e laicado, fica agora mais claro que a sua vida comum e a sua atividade estão enraizadas no mesmo e único Povo de Deus, o “corpo de Cristo”. Na comunidade básica, a comunidade única, há uma certa distinção entre o sacerdote e o leigo que mostra uma grande solidariedade e uma interdependência mútua ( LG. 32).

b) Neste pano de fundo comum o caráter específico do leigo é mais nitidamente definido quando se compara com o do clero: o leigo não tem função oficial. Portanto o seu papel na missão total da Igreja é marcado pelo facto de que a sua participação não é um cargo; é assim que ele participa da responsabilidade da missão da Igreja. Desta

forma a definição exprime o caráter não clerical da contribuição do leigo na edificação do Corpo Místico. Este empenhamento ativo do leigo no destino da Igreja, vantajoso tanto para a Igreja como para o mundo, deve evitar toda e qualquer forma de tendências clericalisantes.

c) Dá-se um sentido positivo à característica negativa e “não clerical” do leigo devido ao fato de ele nem sequer ser religioso. Este sentido positivo não é algo de genérico e simples consequência de ser membro da Igreja em geral, mas abrange algo de mais específico. A sua qualidade está na sua relação do leigo com este mundo, que é uma *relação cristã*. É na ordem terrestre da sociedade temporal que o leigo, de forma distinta, procura o reino de Deus, e este elemento distintivo incorpora-se na definição tipológica do leigo cristão. Desta forma o Concílio assinalou claramente a *posição cristã* do leigo tanto na Igreja como no mundo: definiu a parte distintivamente leiga na missão do povo de Deus na Igreja e no mundo (LG, 31).

Pode dizer-se que, desde a redação pre-conciliar até à redação final, e em todas as alterações, esta definição tipológica do leigo manteve-se substancialmente a mesma, e que a única dificuldade foi encontrar uma formulação suficientemente equilibrada. Se forem comparadas as diversas fórmulas dos esquemas sucessivos, nota-se que houve hesitação quando se tratou de incorporar a “relação com o mundo secular” na definição, de forma a manter o equilíbrio.

A relação com o mundo secular é, no terceiro esquema, um elemento distintivo do leigo cristão; e esta é uma relação humana e cristã e, como tal, cabe na definição eclesiológica do leigo. A forma de integrar esta qualificação do leigo cristão na missão universal da Igreja criou algumas hesitações porque não se especificou muito bem esta missão; sobretudo não estava feita neste conceito a distinção de missão religiosa e transcendental que tem como consequência uma missão especificamente eclesiológica no mundo, que consiste essencialmente na humanização em ordem à salvação como específica da Igreja. Mas o texto definitivo manteve a “relação cristã com o mundo secular” como parte essencial desta definição porque é parte essencial da missão da Igreja. O sacerdote e o leigo tem portanto uma função própria e específica na missão primária da Igreja, a evangelização, e cada um tem a sua contribuição específica em realizar a ordenação dos assuntos temporais para a salvação. Estando totalmente envolvido nas realidades temporais diárias deste mundo, o leigo constantemente dirige

estas realidades para, por assim dizer, a partir de dentro, e não como o clero, pelo magistério e atividade pastoral.

Foi a primeira vez na história da Igreja que um Concílio se interessou pelos leigos como tais. A ideia de uma “teologia dos leigos” só ganhou força no século XX mas o caminho já vinha a ser preparado desde o século XIX com uma vaga de fundo que exigia da Igreja a sua autoconsciência. Apesar de muitas tentativas no passado, esta teologia constitui um capítulo novo na eclesiologia da segunda metade do século XX. Apesar de o Concílio não se ter pronunciado sobre todas as questões, tudo o que até ao Concílio se fez opinião comum e como que se tornou parte do *sensus fidei* contemporâneo, foi aprovado pelo Concílio. Por outro lado o Concílio começou pela imagem concreta do leigo cristão na vida de Igreja e do mundo de hoje. Desta imagem concreta do leigo se conclui que ele, *o fiel*, no meio desta realidade mundana está consciente da sua responsabilidade quanto ao destino da Igreja, principalmente desde o surgimento da Ação Católica. A Constituição dogmática sobre a Igreja tentou dar uma descrição exata das implicações contidas nesta imagem concreta do leigo como fiel na Igreja participando na vida dela sem cargo, e vivendo no mundo como não religioso (no sentido monástico). A partir do momento em que o Concílio procurou só uma “definição tipológica”, há lugar para o desenvolvimento teológico e para a elaboração de uma verdadeira definição teológica. O que o Concílio de facto fez foi escolher com o máximo de cuidado uma certa formulação que pareceu a mais completa e equilibrada. O centro de todo o capítulo quarto sobre os leigos é realmente uma descrição tipológica do leigo, à luz da qual se deve ler e interpretar todo este capítulo<sup>21</sup>.

## 2.2. Os Leigos e a Transformação do Mundo

«E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo». É assim que na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* termina o parágrafo n. 34 do capítulo IV *De laicis*, que define o fiel leigo pela participação no sacerdócio universal exercido pelo povo cristão em Cristo Sacerdote. Deste modo a expressão *consecratio mundi* entra no vocabulário oficial e solene da Igreja.

---

<sup>21</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, Edward – A Definição Tipológica do Leigo Cristão conforme o Vaticano II. p.987-1000.

Até há pouco tempo esta expressão teria parecido banal no vocabulário em voga e mais “piedosa” do que doutrinalmente estruturada. Hoje tem um sentido forte em densidade técnica e em alcance eclesial: é o resultado feliz de uma tomada de consciência da Igreja, comunidade de cristãos ligados ao mundo e reagindo contra a cisão provocada por causas múltiplas entre a Igreja e a sociedade civil.

Resulta que, pela sua referencia ao papel dos leigos na construção da Igreja, na “presença” da Igreja no mundo, esta expressão encontra a sua força original. Para provar esta verdade bastará citar um texto célebre que, não tendo sido proclamado numa solenidade doutrinal no seu verdadeiro sentido, tem no entanto o apoio de uma suprema autoridade: por ocasião de Segundo Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos (em Roma, de 5 a 13 de Outubro de 1957), o Papa Pio XII fez sua a expressão *consecratio mundi* e mostrou a finalidade última da obra do fiel leigo ao dizer:

« Ailleurs, même indépendamment du petit nombre des pretres, les relations entre l'Église et le monde exigent l'intervention des apôtres laïcs. La «consecratio mundi» est, pour l'essentiel l'oeuvre des laïcs eux-mêmes, d'hommes qui sont mêlés intimement à la vie économique et social, participant au gouvernement et aux assemblées législatives»<sup>22</sup>.

E a confirmação mais qualificada para a expressão, para a doutrina e para os contextos, será dada mais tarde pelo Cardeal Montini, na sua carta pastoral de 1962 à Igreja de Milão, ao escrever:

«É por isso que a Igreja dirigirá aos leigos , seus bons e fieis católicos, o apelo para que realizem a ligação entre a sua esfera sobrenatural, toda ela religiosamente canonizada, e a esfera sociológica e temporal em que eles vivem. Confiará, como por delegação, à dócil e hábil colaboração deles a tarefa árdua e belíssima da *consecratio mundi*, o que significa impregnar de princípios cristãos e sólidas virtudes naturais e sobrenaturais a imensa esfera do mundo profano»<sup>23</sup>.

Atente-se nos termos usados para dar o significado da expressão.

Na abundante literatura que recorre a esta expressão para definir o objeto e a finalidade do apostolado dos leigos, verifica-se que a «consecratio mundi» tem um sentido pouco estável; o sentido da expressão tanto é restringido como ampliado, ou usado literalmente

---

<sup>22</sup> AAS – 49 (1957), p.927. Tradução: “Mesmo independentemente do pequeno número de sacerdotes, as relações entre a Igreja e o mundo exigem a intervenção dos apóstolos leigos. A “consecratio mundi” é, no essencial obra dos próprios leigos , de homens que estão intimamente ligados à vida económica e social, que participam do governo e das assembleias legislativas”

<sup>23</sup> CHENU, M.Dominique - Os Leigos e a Consecratio Mundi. In BARAUNA, Frei Guilherme, dir. – *A Igreja do Vaticano II*. Rio de Janeiro: Vozes, 1965, p.1002.



como deixado à livre exortação retórica. Por outro lado a Igreja tanto é quase sempre identificada com a hierarquia e não com o povo cristão, como é colocada em contraposição com o mundo, sendo o leigo considerado a ponte entre os dois por delegação da Igreja. Estes conceitos exigem ser corrigidos desde que na linguagem do Concílio a palavra Igreja significa antes de mais a plena união dos fieis, o Povo de Deus onde o leigo não é mais um intermediário mas sim a própria Igreja presente no mundo profano.

Perante tal diversidade de sentidos e a flutuação da própria linguagem utilizada torna-se necessário distinguir tanto o conteúdo exato da expressão como os diversos aspetos admitidos pela flexibilidade do conceito e que fundamentam as diversas atitudes do cristão no mundo, começando pela própria expressão em si.

### **2.2.1 A novidade da expressão**

Foi a partir de uma experiência concreta que os cristãos levantaram o problema sobre o verdadeiro sentido da sua situação num mundo profano que identificam como terra e lugar da encarnação da vida divina entre os homens. Qual é a eficácia da ação exercida sobre o mundo por um homem que encara esse mesmo mundo à luz da sua fé e se empenha na sua construção com todos os seus recursos e os da graça?

È pela tomada de consciência de uma nova conjuntura que o homem cristão se vê forçado a uma nova análise da sua situação no mundo : é num mundo novo que o homem, com o seu crescente domínio sobre a natureza, avalia agora em seu proveito a densidade dos valores terrestres e nesse mesmo mundo o fiel é levado a descobrir o impacto da sua fé sobre esses valores profanos que se apresentam cada vez mais emancipados de uma qualquer tutela religiosa. A dessacralização da natureza e da sociedade surge como um efeito natural da civilização técnica e científica. Por isso não será por uma dedução abstrata de princípios teóricos que se vai definir o papel do leigo cristão, mas sim pela observação da matéria humana que ele deve assumir, primeiro para seu proveito, para o bem terrestre dos seus irmãos, e finalmente para a construção do Reino de Deus no decorrer da história. A própria vida real da Igreja é o lugar teológico próprio e imediato dessa teologia pastoral.

Pelas múltiplas análises já produzidas tanto no campo pastoral como doutrinal, tem-se agora a certeza de que se está a escrever um dos capítulos da teologia da natureza e da graça e o seu lugar na ação apostólica e na doutrina cristológica da Igreja. O termo

*consecratio mundi* pretende certamente exprimir não a totalidade dessa experiência e dessa verdade mas um dos seus eixos essenciais.

O Concílio Vaticano II dá a este problema uma expressão pública e até institucional. Um dos pontos essenciais em presença é exatamente a definição da condição dos leigos, numa Igreja que tomou consciência de que não é uma sociedade clerical, mas uma comunhão de crentes estruturada pela hierarquia apostólica. Os textos que determinam as leis e as exigências da presença da Igreja no mundo podem indicar que esta presença tende para uma *consecratio*, mas outros textos mencionam este termo com um sentido de apenas indicar um dos fins da presença da Igreja. Nos trabalhos das Comissões Conciliares este termo aparece ainda revestido de alguma ambiguidade tanto nos considerandos como nos contextos de alguns esquemas. Trata-se por isso de um termo que se manteve com alguma ambiguidade e sem uma verdadeira definição do respetivo conceito. Na discussão na aula Conciliar em Setembro de 1964, sobre o Povo de Deus, o texto proposto terminava com as palavras ...*assumendo vero roborat, elevat atque consecrat*. Foi apresentada uma emenda por causa da palavra *consecrat* que era considerada ambígua e por isso deveria ser suprimida, o que a Comissão aceitou, tendo ficado como texto definitivo ... *purificat, roborat et elevat*. Foi o texto que foi votado e promulgado (LG,13).

No n.34 o termo *consecratio* ficou no texto definitivo, mas é bom que se tenha presente que no n.13 ele foi intencionalmente rejeitado. Tal facto pode ajudar-nos a um maior cuidado no entendimento e interpretação dos termos utilizados. Por outro lado torna-se necessário definir toda a abrangência do termo *consecratio* cujas fronteiras se podem apresentar bastante móveis.

### **2.2.2 Consecratio**

A consagração é o ato pelo qual o homem, delegado ou não por uma instituição, retira alguma coisa do seu uso comum, ou a uma pessoa da sua primeira disponibilidade, para reservá-la à Divindade, para prestar plena homenagem ao domínio de Deus sobre a criação. É subtrair uma realidade à sua finalidade imediata, tal como determinam as leis da sua natureza física, da sua estrutura psicológica, do seu empenhamento social, da livre disposição de si mesma, tratando-se de uma pessoa livre. É uma transferência para quem é soberano supremo, na origem de todo o ser ou no fim de toda a perfeição. E esta transferência implica uma alteração em algumas formas de ser pelo que também se pode dizer que opera uma transformação. Era assim com as pessoas, os lugares e os objetos

consagrados, que eram mantidos separados de todo resto da vida normal. A consagração mantém no entanto uma densidade própria quando comparada a uma simples bênção que muitas vezes não significa mais do que uma proteção, ficando inalterada a função natural, o tratamento terrestre e o fim utilitário.

O *sagrado* manifesta-se em toda a sua particularidade quando comparado com o *santo*. Estes dois conceitos são sujeito de muitas variações, chegando mesmo a ser tidos como verdadeiros sinónimos. No entanto a santidade apresenta aspetos diferentes da sacralização. A santidade é a dignidade que emana da própria interioridade do ser por uma participação na vida divina; mas nessa comunhão com o transcendente a santidade em si nada põe de lado. No seu início exige uma iniciativa, no seu progredir exige opções e até separações, mas essas são apenas as condições terrestres de uma graça que se apodera do ser em toda a sua realidade profana. O profano ao tornar-se sagrado deixa de ser profano; mas ao tornar-se santo permanece profano.

### **2.2.3 O Mundo profano**

Sagrado e profano estão em contraposição. A realidade (objeto, ação, pessoa, grupo) é profana, pois mantém na sua existência, no seu agir, nos seus fins, a consistência da sua natureza. E se esta realidade é um ser consciente na sua ação e nas suas intenções, a consciência dessa ação e dessas intenções é ao mesmo tempo o primeiro valor e a regra da sua perfeição. O trigo ceifado, tratado e comercializado para alimento dos homens, continua a ser uma realidade profana, mesmo que aqueles que o ceifaram e trataram o tenham feito para glória de Deus, para sua santificação pessoal e para bem dos seus irmãos.

Realidades e pessoas empenhadas em conseguirem um fim sobrenatural e intimamente imbuídas de virtudes cristãs e a sua promoção nada lhes subtrai ao conteúdo objetivo da sua natureza nem as dispensa das suas leis. Para ser um dom de Deus, o trigo precisa sempre de ser cultivado. Uma nação que realiza o bem comum dos seus cidadãos na natureza e na graça não se torna por isso numa sociedade teocrática. A graça não sacraliza a natureza, mas fazendo-a participar da vida divina, a graça faz com que a natureza se realize plenamente.

Na nova civilização em que vivemos o homem já não está tão dominado pelo mistério das forças da natureza, que outrora o obrigavam a recorrer ao poder temível da Divindade. Ele agora descobre e conhece as causas que domina para construir um universo em que encarna o seu espírito; assim dessacraliza a natureza, fazendo dela o

seu próprio domínio com pretensões de soberania. É a nova condição do homem que, com o seu trabalho, humaniza a natureza. As correntes do pensamento individual e coletivo desta revolução mental podem perturbar o sentido religioso mas, em si, a dessacralização é normal. Se no século XX a dessacralização assume uma dimensão cósmica é porque ela se estende já sobre uma humanidade que se está a tornar consciente do seu destino terrestre.

Para fazer frente a certa imaginação que entra em pânico perante o que se costuma chamar de ateísmo da civilização industrial, devemos afirmar com clareza que existe na lei profunda do cristianismo o propósito de dessacralizar o mundo, de limpá-lo dos seus deuses e dos seus demónios; neste sentido o mundo é como que entregue ao homem tornando-se assim possíveis a ciência experimental e a técnica. No entanto continua a sentir-se em muitas religiões uma certa resistência à invasão da mentalidade científica e industrial; mas o cristianismo tem inteira abertura a este processo dado que ele é a Palavra de Deus dirigida aos homens, e não uma emanção da relação da natureza com Deus. Já Paulo VI dizia que “a verdadeira ciência desmistificou e dessacralizou os fenómenos da natureza, e contribui para purificar a fé das suas escórias, de certas superstições e de certos complexos de temor e de insegurança”.

Um dos objetivos mais profundos do pensamento do Concílio é que esta consciência, assim purificada e aberta, comece a viver tanto da evolução do mundo como do valor das realidades profanas. Muitos padres conciliares reagiram contra certos ranços de clericalismo de certos textos e esquemas e até definições institucionais que consideravam os fieis em “Cristandade” em vez de fixar no mundo o ponto de impacto da sua fé. Como consequência destes desenvolvimentos começa a ser elaborada toda uma teologia da Criação que logo é formulada de uma forma explícita e eficaz. È neste contexto doutrinal e pastoral que deve ser interpretado todo e qualquer enunciado da *consecratio mundi* por parte do Concílio.

Perante as distinções exigidas pelo progresso da história e pela transcendência do Reino de Deus, devemos ao mesmo tempo sustentar que nessas distinções formais, que são urgentes e necessárias para a verdade da fé, a realidade divina e humana da graça de Cristo se apodera concretamente das existências e dos destinos. O domínio de Cristo não se restringe ao mundo dito “sobrenatural”. Cristo é o Verbo feito carne, e este mesmo Verbo é criador e salvador. A encarnação leva a criação ao seu termo, e nesta o homem realiza por Cristo em si mesmo a imagem de Deus, contribuindo para esta criação através da história. A evolução do mundo pelo homem e no homem num clima

de fraternidade é o próprio terreno do Reino de Deus. A realização final vai assumir a totalidade do universo e da história, e esta esperança escatológica já impregna toda a realidade terrestre. «Quando for elevado da terra atrairei todos a mim» (Jo 12,32).

O processo de socialização, como grande fenómeno da economia profana e da história da humanidade, esconde recursos, apelos e exigências para a comunidade dos cristãos, testemunhas do Evangelho entre os homens. Assim os organismos internacionais para a paz formam uma rede pela qual se deve exercer o amor fraterno. Mas este trabalho não é indiferente à libertação do pecado, à libertação económica e política dos homens, segundo o progresso da humanização e da mundialização. Aqui se compreende como se adequa a grande verdade pastoral e teológica da graça dentro da natureza, dentro da Igreja e do mundo. E é nesta unidade que funciona a distinção entre profano e sagrado, construção do mundo e vinda do Reino, cultura e evangelização, razão e fé, natureza e graça. E nem esta distinção nem esta unidade perdem as suas exigências e a sua coesão pelo facto de as conjunturas históricas alterarem constantemente as suas modalidades de ação.

#### **2.2.4 Presença da Igreja no mundo**

Olhando abertamente para a densidade humana dos valores profanos, está aberto o caminho, como diziam alguns Padres Conciliares, para determinar a razão profunda, institucional e evangélica, da nova relação que hoje se estabelece entre a Igreja e o mundo. Este é o núcleo do impasse doutrinal e estratégico de todos os problemas que tomaram conta da consciência cristã, e que com maior vigor se exprimiram na assembleia conciliar. Foi em Novembro de 1962 que o Cardeal Suenens lançou o apelo para que a Igreja seja o centro de todo o trabalho conciliar; ou antes, e para fugir ao dualismo da formulação da Igreja *por dentro e por fora*, a Igreja em ato de presença no mundo, segundo a dimensão coletiva e histórica da humanidade. Formulando de uma forma mais radical, trata-se das relações entre a civilização e a evangelização.

A primeira característica deste mundo novo é que as diversas comunidades políticas e económicas assumem diretamente o encargo das necessidades gerais do homem. João XXIII considerou este um feliz resultado da socialização. De futuro, todas as necessidades base de toda sociedade humana: *subsistência física, estruturas económicas, organismos culturais, cuidados dos doentes e idosos, prevenção contra os flagelos naturais*, e, sobretudo, aspiração à justiça social, à paz e solidariedade fraterna entre os homens através de todas as raças e continentes, tudo o que até aqui no Ocidente

tinha sido mais ou menos inspirado e governado pela Igreja durante mais de um milénio se tornou no bem comum da humanidade como tal e conteúdo das suas grandes esperanças. Desta forma o homem toma consciência das leis da *sua* natureza, na medida em que descobre e explora as leis da natureza.

A boa ordem das realidades terrestres, bem como dos grupos humanos a todos os níveis (família, corporações, nação e humanidade) tem valor como fim, fim secundário no derradeiro termo, mas fim e não simples meio. Nesta consistência de valores humanos, a passagem do sagrado ao profano não é o desmoronamento temido pela teologia agostiniana, para a qual o profano não passava de uma terra a sacralizar. A realização histórica desta autonomia mostra que aquilo que a Igreja fez foi para suprir a ineficácia dos grupos humanos insuficientemente constituídos. Hoje estamos num universo em construção consciente, saímos de uma Igreja com poderes terrestres, cerceados pelos seus poderes próprios recebidos de Cristo e utilizados temporariamente para a difusão do Evangelho. A sacralização das instituições e dos costumes era o meio de santificação coletiva e pessoal; às vezes até era substituído pela evangelização.

A Igreja hoje não precisa de liderar as civilizações e a promoção dos povos, mas de lançar o fermento evangélico nas estruturas da humanidade. Não lhe compete alimentar os homens, preocupar-se com planos económicos, empreender reformas agrárias, fazer planos de cultura para os países subdesenvolvidos. Não construir à sua custa e segundo as suas iniciativas um “mundo cristão”, mas cristianizar o mundo conforme ele se vai construindo. A Igreja deve ter certa forma sair de si mesma: deve ser missionária.

A secularização, encarada de uma forma equilibrada, orienta-nos para uma conceção mais cósmica e universalista da fé, em vez de nos ocuparmos das salvaçãoes individuais. A ideia de presença da Igreja supõe o empenho por adquirir e desenvolver o dom de interpretar os acontecimentos históricos do mundo de hoje, com a convicção da presença ativa da obra redentora de Deus. Por aqui chegamos ao grande tema dos “sinais dos tempos” que o Concílio tomou como tema da sua reflexão. É necessário um estímulo à vitalidade da Igreja e à sua capacidade sempre atenta em descobrir e saber distinguir os sinais dos tempos para “tudo provar e tomar para si o que é bom” (1 Tess 5,21). Não é por uma abstração inconsciente da realidade terrestre que os cristãos devem ver o sentido divino ou evangélico dos acontecimentos. É nos próprios acontecimentos que se encontra a sua plena e própria densidade como sinais que são. É exatamente nesta realidade que a Igreja lê uma aptidão que se tornará apelo para o Evangelho e sujeito da graça. É preciso respeitá-los e auscultá-los segundo as suas leis

próprias sem uma sobrenaturalização prematura que facilmente se tornaria em mistificação.

Deste modo o empenho do leigo na construção do Reino de Deus não tem de modo algum uma função subsidiária para servir e complementar a função dos clérigos, titulares da operação; é uma função constitutiva num regime de uma verdadeira responsabilidade evangélica, em que a obediência doutrinal e disciplinar não reduz a qualidade nem a verdade do empenho. O empenhar-se nos organismos *profanos* marca precisamente a função essencial que o leigo tem na evangelização do corpo eclesial. Nem o imperialismo teocrático, nem uma sacralização prematura, nem um mandato clerical são condições para a ação universal da graça de Cristo<sup>24</sup>.

### **2.2.5 A Dimensão Cósmica da Encarnação**

Surge-nos agora a questão de saber como é que se realiza a ação divina sobre toda a realidade humana, se ela não se faz por um gesto de “colocar de lado” para Deus, como nas religiões naturistas.

A religião cristã em si mesma está toda no fato e no mistério da encarnação. Alguns Padres no Concílio defenderam com vigor que é aí que está o fundamento tanto da vocação dos leigos, do caráter escatológico das suas vidas, como da relação da Igreja com o mundo no tempo e no espaço, e por isso também da sua atividade missionária. É numa relação expressa com a encarnação que no cristianismo a consagração encontrará o seu sentido autêntico.

A encarnação de Cristo evolui e se consuma numa incorporação em que toda a realidade e todo o valor humano entra no seu Corpo, no qual toda a criação será como que “recapitulada”. “Pois também a criação será libertada da servidão da corrupção para participar de liberdade gloriosa dos filhos de Deus” ( Rom.8,17-23). Ao intervir na discussão do esquema XIII o Cardeal Frings, perante esta ideia, alertou para o perigo de um certo platonismo e para o risco de um evolucionismo imanentista, segundo o qual o trabalho dos homens prepararia só por si os novos céus e a nova terra<sup>25</sup>. Por outro lado existe também a ameaça de uma tentação oposta de não reconhecer, na diversidade dos planos, a coerência da economia realizada pela ressurreição de Cristo. O Verbo encarnado e redentor realiza a obra do Verbo criador: há uma identidade pessoal que não permite separar a obra redentora da obra criadora e que dá à Encarnação uma

---

<sup>24</sup> Cf. CHENU – Os Leigos e a “Consecratio Mundi”. p. 1003-1010.

<sup>25</sup> Cf. AAS 56 (1964) 632.

dimensão cósmica na qual a Criação encontra a sua unidade. A Igreja, Corpo Místico de Cristo, não pode ser considerada pura e simplesmente como um caso à parte na Criação, assim como a Criação não pode ser considerada sozinha, como realizada em si mesma e teologicamente completa sem nada ter com a Encarnação.

Em certo sentido já não há no cristão qualquer realidade profana: “tudo é vosso e vós sois de Cristo” ( 1Cor.3,23 ) ; está anulada a distinção entre profano e sagrado. Mas quando se elimina esta distinção, não se dá o devido relevo à densidade própria do criado que emana do Verbo criador, sob a assunção do Verbo encarnado e redentor. Em Cristo a identidade pessoal do Verbo criador e encarnado não diminui a autonomia da ação humana sob a hegemonia do Verbo. O monofisismo não é apenas a heresia de alguns maus pensadores; é a tendência de um “idealismo” que considera o profano apenas como a matéria do sagrado. O cristão, o “homem novo”, deve realmente encarnar-se no mundo, entrar em comunhão com o mundo de forma autêntica. Integrado e profundamente inserido nos problemas do mundo, intimamente associado às suas aspirações mais nobres, trabalhando ativamente pelo seu progresso; nascido e criado no mundo e nele formado, o cristão deve ser o fermento do mundo, tal como Cristo. Ninguém consegue colaborar ativamente no desenvolvimento da Comunidade cristã se não participar efetivamente na edificação da Comunidade humana. Se a realidade for despojada do seu verdadeiro significado profano, corre-se o risco de provocar uma desvalorização da transcendência da graça, mesmo que esta transcendência fique encerrada nas suas manifestações eclesiais próprias, postas de lado no mundo.<sup>26</sup>

Torna-se pois necessário entender numa perspetiva justa e exata as funções real e sacerdotal pelas quais se define o papel do povo cristão.

## **2.2.6 Mistério cristão e consagração**

Coloca-se agora a questão de se saber como é que o termo “consagração” e o vocabulário das categorias culturais podem corresponder a uma realidade autêntica no mistério do Verbo encarnado. Será que eles conservam ainda um verdadeiro sentido?

Antes de mais torna-se necessário um culto em que a fé no mistério encontre uma expressão sensível, adaptada à condição humana e às exigências “religiosas” do encontro com o Deus da fé. Pois se a união com Deus em Cristo consiste essencialmente no movimento da vida teologal que anima toda a existência, verifica-se

---

<sup>26</sup> Cf. CHENU – Os Leigos e a Consecratio Mundi. In Barauna, Frei Guilherme, dir. -*A Igreja do Vaticano II*. p.1011-1012.



que a fé, esperança e caridade se alimentam de um culto em que a virtude moral da “religião”, que regula as relações com a divindade, encontra o seu lugar próprio. Certas pessoas, coisas e ações, poderão e deverão ser oportunamente e eficazmente sacralizadas, consagradas. De uma forma mais específica existe um culto exterior e sensível na própria lógica da Encarnação; pois o mistério continua e exprime-se nos sacramentos do batismo, a incorporação em Cristo, e da Eucaristia, consumação terrestre do mistério, sacramentos estes que assumem forma de “consagrações”. Por isso deve ser reconhecido nesta palavra um sentido propriamente cristão, que amplia o sentido restrito que se procuraria conservar para este termo, se fosse esquecida a verdadeira natureza dos sacramentos. Tais sacramentos na realidade ultrapassam o ritualismo sacral e tem a sua qualidade cristã na realidade que é a própria vida em Cristo, ligando o universo à glória do Pai e restaurando todos os valores da criação original.

Na mensagem da Nova Aliança o vocabulário cultural foi desritualizado e espiritualizado com o *culto em espírito*, nas palavras de S. João na Epístola aos Hebreus. Desta forma o uso da palavra consagração se alargou para além das diversas formas de “separação” e de “colocar de lado”, que a própria ordem sacramental supõe. A partir daí o emprego das categorias culturais é normal na apresentação das realidades santificantes ou santificadas. É assim legitimado o uso da palavra *consagração* para exprimir um aspeto da santificação do profano pela graça de Cristo.

Assim a expressão *consecratio mundi* é válida e benéfica, mas só o pode e deve ser em conjunto e sob a ação do mistério da Encarnação. Isto supõe uma retificação imediata e conjunta em ordem a um equilíbrio doutrinal e prático que dê segurança a uma verdade tão delicada.

Durante diversos séculos a sacralização sociológica das estruturas civis e dos valores humanos servia de apoio terrestre à expressão do mistério, e assim era minimizada na doutrina e na prática a verdade própria das realidades naturais e das segundas causas que eram objeto das ciências “profanas”. A construção do mundo e o trabalho profissional de cada homem não eram mais do que uma ocasião ou matéria intencional de santificação do cristão no mundo, lugar sem importância de uma existência provisória. Assim se entende o papel simplesmente negativo do fiel leigo que se ocupava destes assuntos.

Hoje, por uma tomada de consciência que o Concílio regista com elevado empenho e quer definir, a Igreja encontra novamente a sua relação com o mundo como tal, em natureza e em história. Como consequência é devolvido ao leigo cristão o seu lugar

institucional na Igreja, não por uma clericalização disfarçada, nem por causa do seu enquadramento oportuno nas instituições cristãs, mas pela sua própria essência, pois participa do mistério pelas virtudes da fé, esperança e caridade: vida teologal acima de qualquer “religião” cultural. Todas as suas obras são “santas” em Cristo, sem precisar de sacralização ou de institucionalização clerical. Todo o universo está impregnado e tomado pela graça sem que tenha sido retirado do seu destino natural. A consagração do mundo é a santificação dos homens.

Nesta graça santificante, individual e coletiva em Igreja, toda a realidade é dominada e levada para o seu fim supremo da recapitulação em Cristo, independentemente do seu conteúdo de natureza e de destino temporal. Esta finalidade escatológica não reduz as causas segundas a simples meios ou suportes provisórios das mansões eternas. As atividades profanas da ciência, da economia e da política nada perdem da sua importância própria perante o seu fim último que as vai realizar. A ordem natural das coisas criadas continua dirigida para os seus fins próprios, segundo o plano criador, embora sejam fins subordinados<sup>27</sup>.

A esperança não gera estranhos ao mundo pois a ordem escatológica começa no mundo criado onde o homem realiza todo o plano criador de Deus.

### **2.2.7 Redação final**

Pelo que até aqui fica exposto ficamos agora com melhores condições para compreender não só o teor literal mas também as implicações orgânicas do texto definitivo e proclamado pelo Concílio: “E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo” ( LG. 34 ).

Não pretendendo reconstituir o histórico da elaboração deste texto, deve realçar-se que o mesmo se deve sobretudo à iniciativa de um grupo de 120 bispos que, durante a segunda sessão, apresentaram uma moção que pedia que o leigo cristão fosse, se não definido, pelo menos descrito na sua tríplice função sacerdotal, profética e real, segundo o vocabulário da Escritura. É neste contexto que se deve situar este texto sobre a *consecratio mundi*.

Poderemos ainda perguntar como terá sido composto este número da LG. Num relatório particular sobre este nº34 , fica a saber-se que o texto sobre a *consecratio mundi* foi bastante discutido em sessão da comissão plenária assim como o sentido que lhe deverá

---

<sup>27</sup> Cf. CHENU – Os Leigos e a Consecratio Mundi. p.1013-1014

ser dado, pois não deve ser entendido como uma “sacralização”: “sem que por isso o mundo saia da sua ordem temporal”. “Assim também os leigos num sentido verdadeiro consagram o mundo a Deus”. Esta versão foi aprovada pela maioria da comissão. No entanto, e realçando que mesmo assim houve objeções, o texto continua: “Por isso deve ser conservada integralmente a índole própria das coisas temporais, dirigida para o bem comum”. Desta forma fica claro que não se trata mais de atos cultuais ou cultualizantes, mas de toda uma vida diária, “agindo santamente em toda a parte”.

Assim fica eliminada a ambiguidade do termo *consagração* ao mesmo tempo que se afasta o emprego abusivo que dele se faz para definir uma “espiritualidade dos leigos”. Os gramáticos dizem que . é preciso notar que *santificatio* não é *consecratio* e muito menos *oblatio*. É de notar que na mesma constituição, capítulo IV, o seu nº 31 , o texto é rico em termos e expressões que realçam o caráter “secular” dos leigos: “...a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo, pelo “testemunho” da sua vida abundante na fé, esperança e caridade”.

Todo o relatório sobre o nº. 34 e 36 (função “real” do leigo cristão , definida como “serviço”) deve ser lido com algum cuidado. Nele se menciona igualmente o cuidado em afastar qualquer sinal de “clericalismo” bem como em determinar o papel dos leigos não somente a partir das intenções santificantes mas a partir da construção do mundo e das suas condições, “pelas quais a sua existência é como que urdida”.

Outros grandes textos conciliares enriquecem de um forma coerente este contexto. É o caso, na mesma constituição, do capítulo VII, sobre o caráter escatológico da vida cristã e da Igreja peregrina, que se insere tanto mais nas realidades terrestres quanto mais tende para as celestes.

Toda a reflexão conciliar procura no sentido mais profundo dos conceitos, das instituições, dos ritos, a ideia mestra do “mistério”, do mistério de Cristo, do Deus feito homem, realidade suprema, que ao recapitular toda a verdade e toda a bondade, ultrapassa conceitos, instituições e ritualizações<sup>28</sup>.

Assim se definiu tanto a condição como a própria existência do cristão no mundo. E assim também a expressão *consecratio mundi*, desautorizando o seu uso abusivo e demasiado superficial, encontra o seu contexto doutrinal e o seu verdadeiro sentido na continuidade histórica do mistério da Encarnação.

---

<sup>28</sup> Cf . CHENU, M.Dominique – Os Leigos e a Consecratio Mundi. p.114-117.

# CAPÍTULO 3

## **3 . DO CONCÍLIO AO SÍNODO EXTRAORDINÁRIO DE 1985**

Para uma mais completa compreensão do que é a doutrina sobre o fiel cristão leigo na Igreja, torna-se necessário, conforme já referido no capítulo anterior, ter presente que eclesiologia nos é apresentada na *Lumen Gentium*. Tendo como princípio e principal aspeto da sua definição tipológica a sua pertença ativa à Igreja, como seu membro de pleno direito, o fiel cristão leigo deve conhecer exatamente que Igreja é esta , qual a sua missão e como é caracterizada a sua presença no mundo. Assim este capítulo começará exatamente por uma breve explanação da Eclesiologia que nos é apresentada na constituição dogmática sobre a Igreja, bem como o seu desenvolvimento até ao Sínodo de 1985.

### **3 . 1 A importância do Sínodo Extraordinário de 1985**

Para comemorar o aniversário dos vinte anos da data do encerramento oficial do Concílio Ecuménico Vaticano II, o Papa João Paulo II, em 25 de Janeiro de 1985, convocou uma Assembleia Geral extraordinária do Sínodo dos Bispos que se realizou de 25 de Novembro a 8 de Dezembro de 1985 e para a qual foram convocados os Patriarcas e alguns Arcebispos das Igrejas orientais e os presidentes de todas as conferências episcopais dos cinco continentes<sup>29</sup>.

Sendo o tema central do sínodo «celebrar, verificar e promover o Concílio Vaticano II», o relatório final de síntese, redigido sob a direção do cardeal Danneels, foi votado pela assembleia de 7 de Dezembro, e publicado com a aprovação do Papa, com o título : « A Igreja, sob a palavra de Deus, celebra o mistério de Cristo para a salvação do mundo ». Baseado nas respostas ao inquérito recebidas no Vaticano e no consequente trabalho sinodal, o relatório não parece muito otimista sobre a receção do Concílio em alguns aspetos concretos da vida da Igreja, mas poderá ser considerado como adequadamente realista. Depois de identificar as causas sugere novos caminhos e soluções, ao mesmo

---

<sup>29</sup> Cf. Doc. Cath. 1891 (1985) , p. 283.

tempo que apresenta novos desenvolvimentos teológicos sobre temas que diretamente atingem o empenhamento laical.

#### *A – O Mistério da Igreja.*

Foi um dos temas particulares do Sínodo porque o curto período de vinte anos passados sobre o fim do Concílio está historicamente marcado por mudanças rápidas. Neste sentido as situações e os sinais desta época já não coincidem com os que constituíam o contexto do Concílio. Entre outros torna-se necessário dar uma atenção especial ao fenómeno do secularismo. É certo que o Concílio afirmou a legítima autonomia das realidades temporais ( GS 36 ); e neste sentido deve admitir-se uma secularização bem entendida. Mas o secularismo é uma coisa totalmente diferente, pois consiste numa visão autonomista do homem e do mundo, que se abstrai da dimensão do mistério, não o considera e chega mesmo a negá-lo. Este imanentismo é uma redução da visão integral do homem que conduz, não à sua verdadeira libertação, mas a uma nova idolatria, à escravidão das ideologias e a uma vida prisioneira das estruturas redutoras e muitas vezes opressivas deste mundo.

Apesar do secularismo, existem também sinais de um regresso ao sagrado. De facto surgem sinais de uma nova fome e sede do transcendente e do divino. Para favorecer este regresso ao sagrado e ao mesmo tempo superar o secularismo devemos ser acessíveis à dimensão do «divino» e do «mistério» e mostrar aos homens do nosso tempo os caminhos da fé. Porque, como diz o Concílio, o homem é para si mesmo uma questão para a qual só Deus tem uma última e total resposta ( GS 21 ). A difusão das seitas deve levar-nos a questionar se estaremos a exprimir e a viver de uma forma adequada e suficiente o sentido do sagrado<sup>30</sup>.

#### *B – A Igreja como comunhão.*

A eclesiologia de comunhão é o conceito central e fundamental nos documentos do Concílio. A “koinonia-comunhão” fundada na Sagrada Escritura, foi muito desenvolvida na Igreja antiga e até aos nossos dias nas Igrejas orientais. Esta é a razão por que o Vaticano II tanto realçou a Igreja como comunhão, tanto para ser mais claramente compreendida como mais concretamente vivida.

---

<sup>30</sup> Cf. D. Cath., 1909 ( 1986 ), p. 36-37.

Na sua complexidade o termo “comunhão”, trata-se fundamentalmente da comunhão com Deus, por Jesus Cristo, no Espírito Santo. Esta comunhão realiza-se na Palavra de Deus e nos Sacramentos. O batismo é a porta de entrada e o fundamento da comunhão da Igreja. A Eucaristia é a fonte e o alimento de toda a vida cristã ( LG 11). A comunhão no Corpo eucarístico de Cristo significa e produz a íntima comunhão de todos os fiéis no Corpo de Cristo que é a Igreja ( 1 Cor 10,16). Em consequência, a eclesiologia de comunhão não pode ser reduzida simples questões de organização ou a problemas relacionados com o simples poder. A eclesiologia de comunhão é também fundamento da ordem na Igreja e sobretudo de uma correta relação entre unidade e pluriformidade dentro da Igreja. Esta mensagem torna-se muito importante para o nosso tempo porque a Igreja, enquanto una e única, é como um sacramento, isto é, sinal e instrumento de unidade , de reconciliação, de paz entre os homens, as nações, as classes sociais e as raças. Na unidade da fé e dos sacramentos, na unidade hierárquica, a Igreja é este povo messiânico de que nos fala a *Lumen Gentium* n.9. Assim a comunhão eclesial com Pedro e o seu sucessor não é um obstáculo, mas a antecipação e sinal profético de uma unidade mais completa.

Por outro lado é um só e o mesmo Espírito que faz surgir os dons espirituais e os carismas múltiplos e diversos. É uma só e a mesma a Eucaristia que é celebrada nos mais diversos lugares. È por isso que a Igreja, una e universal, está presente em cada uma das Igrejas particulares ( LG. 23). Estamos perante o verdadeiro princípio teológico da variedade e da pluriformidade na unidade, mas é necessário distinguir a pluriformidade do simples pluralismo.

A pluriformidade em si é uma riqueza que traz com ela uma plenitude, ela é a verdadeira catolicidade. Mas o pluralismo , fundado na junção de posições opostas, conduz à dissolução, à destruição e à perda da própria identidade<sup>31</sup>.

### **3. 2 Uma leitura mais abrangente da *Lumen Gentium***

A palavra “aggiornamento” foi a palavra mais exata e feliz que o Papa João XXIII usou para identificar a tarefa que teria que ser realizada, perante a enorme pressão que sobre a Igreja e o mundo se fazia sentir de uma forma única na primeira metade do século XX. Com este fim e como início de reflexão em que a Igreja se questionava a si mesma, a memória ficou-nos marcada por uma questão muito expressiva: “ Igreja, que dizes de ti mesma ?”. É neste contexto que a Igreja, antes mesmo de proclamar a sua missão,

---

<sup>31</sup> Cf. Doc. Cath. 1909 (1986), p. 37-40.

procura a sua própria identidade refletindo sobre si mesma, tendo presente o dinamismo do mundo em que vive; assim virá a definir também o seu «estar no mundo» para ver como se relaciona com esse mesmo mundo. Esse mundo que não lhe é exterior nem estranho, mas que também faz parte da sua própria realidade.

### **3.2.1 A Igreja Mistério**

A resposta que o Concílio nos apresenta está logo no capítulo I da *Lumen Gentium*: “O Mistério da Igreja”. A Igreja é portanto um mistério, ou seja, algo que é revelado, que existe, o que não é sinónimo de conhecido, nem de inteligível ou explicável. O centro deste mistério é Cristo, luz dos povos; aqui de novo a centralidade de Cristo surge na sequência do veemente apelo que o Cardeal Montini, antes da sua eleição como Papa Paulo VI, lançou entre a primeira e a segunda etapa conciliar no sentido de que Jesus Cristo fosse colocado no centro e como referência de toda a discussão conciliar; este mesmo apelo é pouco depois retomado pelo então já Papa Paulo VI no seu discurso de inauguração da segunda sessão conciliar<sup>32</sup>. Ainda no n.º 1 da LG há uma primeira analogia em que a Igreja em Cristo, “é como que o sacramento, ou o sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano”( LG.1 ); diremos que é o lugar privilegiado para o encontro do homem com Deus em Jesus Cristo.

A Igreja como Reino de Deus é a primeira forma que nos surge como apresentação do “mistério da Igreja”. Sendo um dos grandes temas da pregação evangélica de Jesus Cristo, o Reino de Deus é tido como o fim de toda a obra da Criação e da Redenção: “cumpru-se o tempo, o Reino de Deus está próximo” (Mc. 1,15 ).

Na sua vida e missão a Igreja é-nos apresentada como santificada, vivificada e continuamente renovada pela ação de Espírito Santo; assim nos aparece como “um povo unido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (LG. 4).

Para uma maior explicitação da Igreja no seu mistério, o n.º 6 usa agora as diversas figuras da Igreja mencionadas ao longo dos textos sagrados: redil, cuja única porta e pastor é Cristo ( Jo. 10, 1-10); rebanho, cujas ovelhas são constantemente guiadas e alimentadas pelo único pastor que é Cristo ( Jo. 10,11-15); o campo agrícola no qual, por Cristo, é cultivada a vida e existe fecundidade ( Jo. 15,1-5); é ainda chamada a construção de Deus, cuja pedra angular os construtores rejeitaram e se tornou pedra

---

<sup>32</sup> Cf. AAS 55 (1963) p. 845-846.

angular (Mt. 21,42), e também casa de Deus, família, templo, cidade santa. São figuras do mundo, da vida terrena, que nos ajudam não só a melhor compreender a realidade do mistério e até a identificar esse mesmo mistério quando dizemos « a Igreja é ... ».

Uma outra dimensão desta Igreja mistério, e que realça a sua condição humana, é a Igreja peregrina (cf 2 Cor. 5,6), vivendo na condição humana do limite, da imperfeição, até do pecado; procurando continuamente novos caminhos de perfeição, se não mesmo corrigindo alguns já iniciados.

A imagem da Igreja como Corpo Místico de Cristo realça sobretudo a unidade na diversidade, uma força única e uma realização única animada pelo mesmo Espírito e que tem como cabeça Jesus Cristo (LG.8).

A imagem de um todo visível é ao mesmo tempo comunidade de fé, esperança e amor, na qual se difunde a verdade e a graça. Porém a sociedade organizada hierarquicamente e o Corpo Místico de Cristo, o grupo visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os seus dons celestes, não devem ser consideradas como duas entidades mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino (LG. 8). Por esta razão a Igreja apresenta uma grande analogia com o mistério do Verbo Encarnado: “Pois como a natureza assumida serve ao Verbo Divino de instrumento vivo de Salvação, a Ele indissoluvelmente unido, de modo semelhante a estrutura social da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que a vivifica, para o crescimento do corpo” (LG. 8).

Esta é a eclesiologia que o Concílio nos mostra, apresentando uma Igreja que, ao mesmo tempo é Jesus Cristo, é Reino e é mundo; nesta eclesiologia não é concebível uma verdadeira Igreja se estiver ausente, ou exclusivamente presente, qualquer destas realidades. Nesta mesma linha “ a Igreja prossegue a sua peregrinação no meio das perseguições do mundo e das consolações de Deus, anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (1Cor. 11,26). Mas é robustecida pela força do Senhor ressuscitado de modo a vencer, pela paciência e pela caridade , as suas aflições e dificuldades tanto internas como externas, e a revelar, velada mas fielmente, o seu mistério, até que por fim se manifeste em plena luz” (LG. 8).

### **3.2.2 A Igreja povo de Deus em comunhão**

É certamente a designação mais expressiva e feliz para definir a Igreja: povo de Deus. Numa abordagem primária para a caracterização de um povo surgem-nos como principais características a origem comum, o mesmo objetivo final com a sua realização



num mundo de diferenças e de dificuldades, mas com uma lei comum; no povo de Deus estas características são acrescidas de uma igualdade reinante entre todos os seus membros na sua dignidade e atuação comum em favor da edificação do Corpo de Cristo (LG.32). A origem comum cria já uma outra vertente vital e ontológica que é uma união comum, uma relação mística baseada nos valores do cristianismo, para além da parte sacramental, o Batismo, que a todos torna membros efetivos e ativos deste mesmo povo de Deus pela participação no múnus profético, real e sacerdotal de Jesus Cristo.

A eclesiologia de comunhão aparece de uma forma um tanto velada já nos nº 8 e 14 da *Lumen Gentium*, mas é no Sínodo de 1987 que se verifica um novo progresso em certos aspetos da vida da Igreja que os padres sinodais deixaram mais clara. Jesus prometeu enviar à Sua Igreja o Espírito Santo que nela permanecerá para sempre (Jo. 14,16). O Espírito Santo não deixa de ser a fonte de vida na Igreja. Por isso é necessário que todos os cristãos se lembrem que são plenamente incorporados na sociedade da Igreja aqueles que recebem a totalidade da sua organização e todos os meios de salvação nela estabelecidos, que estão unidos à Igreja pela profissão de fé, pelos sacramentos e pelo governo eclesiástico, se por outro lado eles tem o Espírito de Cristo, ou seja, se vivem em estado de graça.

A eclesiologia de comunhão é assim apresentada como a eclesiologia de uma vida à qual todos são chamados a participar interiormente; é nesta base que o Espírito Santo oferece os diferentes carismas que enriquecem não só as pessoas que os recebem, mas também a Igreja na sua totalidade. Na vocação universal à santidade orientada para a comunhão com Deus, a Igreja sempre reconheceu uma diversidade de caminhos, mas lembra a todo o Povo de Deus que a transformação do mundo só é possível dentro do espírito das bem aventuranças<sup>33</sup>.

### **3.2.3 Tipologia do fiel cristão leigo na *Lumen Gentium***

O capítulo IV , começa no seu nº30 por situar os leigos na missão da Igreja e numa perspetiva já de cooperação e de ação conjunta com os pastores. È já uma eclesiologia de comunhão posta em prática no cumprimento da missão, mas que deve ser cuidadosamente exposta “devido às circunstâncias especiais do nosso tempo”.

Como primeiro elemento tipológico, considerando o texto Conciliar (LG.31), temos:

---

<sup>33</sup> Cf. 2ª Relação de Síntese do Cardeal Thiandoun, sobre o Espírito Santo, na VIIª Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos de 1987. in *La Documentation Catholique*. 1950 (1987). P. 1035.

“leigos são todos os cristãos que, não sendo membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fieis que, incorporados em Cristo pelo Batismo , constituídos em povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo” .

As características do leigo presentes nesta definição e relativas tanto à sua origem como sobretudo à sua participação na missão de todo o Povo cristão são próprias mas não são exclusivas; trata-se de uma participação executada “ a seu modo” e “ pela parte que lhes toca”. São membros ativos e de pleno direito que atuam em unidade e comunhão naquela que é a missão de todo o povo de Deus .

Como segundo elemento tipológico e no atual desenvolvimento teológico do laicado, o “secular” não se deve contrapor ao “clérigo” mas simplesmente ser considerado como uma forma diferente de atuar, usando meios diferentes e métodos diferentes para atingir o mesmo objetivo final. Os membros do clero também podem tratar de assuntos seculares, mas não é essa a sua vocação específica. Por outro lado a função do fiel cristão leigo não é um substituto do clérigo devido à falta elementos clérigos suficientes para a missão. O desenvolvimento e o dinamismo do próprio mundo trazem cada vez mais diversidade de contextos e situações em que só o fiel cristão leigo tem possibilidade de atuar dado que vive no mundo, em toda e qualquer ocupação e atividade terrena e nas condições normais da vida familiar e social que fazem parte da sua existência.

Como terceiro elemento tipológico surge o campo da diversidade e variedade de situações que, mesmo que exclusivas para a intervenção do fiel cristão leigo, o levam a gerir ou a munir-se dos meios próprios de ação. E os meios principais deverão ser uma verdadeira e elevada formação cristã e técnica, uma fé viva e cada vez mais aprofundada , uma grande fidelidade à ação do Espírito Santo e aos Seus carismas.

Como último elemento há a vida de unidade na diversidade. Dada a variedade de dons e de carismas com que o Espírito Santo enriquece o Povo de Deus, aos fieis cristãos leigos compete uma ação concertada com aqueles seus irmãos que, “estabelecidos no sagrado ministério, apascentam a família de Deus ensinando, santificando e governando com a autoridade de Cristo , de modo que o mandamento da caridade seja por todos observado” (LG.32). É a prática da comunhão eclesial que aqui fica expressa sendo

certo que esta realidade nem sempre tem sido fácil de cumprir na vida da Igreja. A desunião e a separação no interior da Igreja comprometem seriamente o cumprimento da missão universal de todo o Povo de Deus, quando a vida consequente do fiel cristão, por ser batizado, deve levar à comunhão universal vivida em Igreja. Em vez de origem de dificuldades, a diversidade e a variedade em todos os aspetos da missão que compromete, pelo batismo, todos os membros do povo de Deus, deve ser assumida como uma riqueza espiritual resultante da ação do Espírito Santo que nunca faltará com a Sua ação ao povo de Deus: é uma questão de fidelidade e de atenção à voz do Espírito que «sopra onde quer». Neste sentido é de assinalar a mensagem que o Concílio nos deixa, em forma de exortação, no final do nº 33 da *Lumen Gentium*:

“Incumbe, portanto, a todos os leigos a magnífica tarefa de trabalhar para que o desígnio de salvação atinja cada vez mais os homens de todos os tempos e lugares. Esteja-lhes pois amplamente aberto o caminho, a fim de que segundo as próprias forças e as necessidades dos tempos, também eles participem com ardor na ação salvadora da Igreja”

A ação evangelizadora e santificadora do fiel cristão leigo na Igreja pode ser eventualmente condicionada não só pela variedade e diversidade das realidades terrenas mas também pelo tipo de posicionamento perante essas mesmas realidades da parte tanto do fiel cristão leigo como da própria Igreja como estrutura organizada.

### **3.3 O fiel cristão leigo e o mundo**

O conceito de mundo, designando sempre a mesma realidade, já não é um dos “inimigos da alma” mas a sublime obra da Criação tornada habitação para toda a humanidade também pela ação do homem. Esta casa da humanidade, obra da criação Divina continuada pela construção humana, é assumida pelo fiel cristão leigo de uma forma diferente : este mundo é encarado com um olhar cristão e a atuação sobre ele faz-se sobretudo pelo testemunho da vida animado pela palavra; é uma forma de apostolado que adquire um caráter específico e uma eficácia particular por se realizar nas condições ordinárias da vida no mundo. Nesta obra desempenha grande papel aquele estado de vida que é santificado por um sacramento próprio: a vida matrimonial e familiar. Neste estado, ainda mesmo quando ocupados com os cuidados temporais, os leigos podem e devem exercer uma valiosa ação para a evangelização do mundo (cf LG.35).

Pelo seu apostolado os leigos podem também contribuir para a santificação das estruturas humanas e, sobretudo pela união das próprias forças, devem sanear as

estruturas e condições do mundo, sobretudo se elas tendem a levar ao pecado, de forma que todas se conformem com as normas da justiça e favoreçam o exercício das virtudes. Nesta atuação os fieis cristãos devem no entanto aprender a distinguir cuidadosamente entre os direitos e os deveres que lhes competem como membros da Igreja e os que lhes dizem respeito como membros da sociedade humana. Nos nossos dias esta distinção e harmonia deve manifestar-se claramente nas ações dos fieis cristãos leigos para que a missão da Igreja possa corresponder mais plenamente às condições particulares do mundo atual. Pois como se deve reconhecer que a cidade terrena se consagra por direito próprio aos assuntos temporais e se rege por princípios próprios, assim com razão deve ser rejeitada a doutrina que pretende construir a sociedade sem ter em conta a religião, atacando e destruindo a liberdade religiosa dos cidadãos (cf LG.36)

### **3.4 Os leigos e a hierarquia**

Será sempre de realçar que a eficácia de toda e qualquer missão depende do relacionamento que, em todas as áreas, existir entre todos os intervenientes. E um relacionamento livremente aceite e assumido é naturalmente mais favorável ao objetivo final do que aquele que seja indicado ou imposto. Na parte final do Cap. IV da LG, nº37, o Concílio indica como devem ser as relações dos leigos com a hierarquia, primeiro no que diz respeito à simples instrução religiosa pela qual os leigos tem o direito de receber dos pastores a abundância dos bens espirituais da Igreja, sobretudo os auxílios da palavra de Deus e dos Sacramentos. Por seu lado os leigos devem, com confiança e liberdade própria de irmãos e filhos de Deus, manifestar aos pastores as suas necessidades e aspirações, para que todos possam expor o seu parecer sobre os assuntos que dizem respeito ao bem da Igreja. Como todos os cristãos, os leigos devem assumir em obediência cristã, todas as coisas que os sagrados pastores, representantes de Cristo, determinarem na sua qualidade de mestres e guias da Igreja.

Por seu lado, os pastores devem reconhecer e fomentar a dignidade e responsabilidade dos leigos na Igreja; deverão ainda recorrer espontaneamente ao seu conselho prudente; confiem aos leigos cargos em serviço da Igreja e dêem-lhes margem e liberdade de ação, animando-os até a tomarem a iniciativa de empreendimentos. Atentamente e irmanados em Cristo devem ser consideradas atentamente as iniciativas, pedidos e desejos propostos pelos leigos, reconhecendo a justa liberdade que a todos assiste na cidade terrestre.

Muitos bens devem ser esperados destas relações confiantes entre leigos e pastores: é assim que se fortalece nos leigos o sentido da sua responsabilidade, se fomenta o seu empenho e mais facilmente associam as suas energias à obra dos pastores. Estes por sua vez, ajudados pela experiência dos leigos, tanto nas coisas espirituais como nas temporais, mais facilmente julgarão com acerto e discernimento, a fim de que toda a Igreja, com a energia de todos os seus membros, cumpra eficazmente a sua missão para a vida do mundo<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Cf. Lumen Gentium, n°37.

# CAPÍTULO 4

## 4. A EXORTAÇÃO SINODAL “CHRISTIFIDELES LAICI”.

Dois anos após o Sínodo Extraordinário de 1985, que tentou recentrar a realidade da Igreja na categoria de mistério, realiza-se o Sínodo de 1987, sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, vinte anos após o Concílio Vaticano II.

O documento de preparação, enviado a todas as instâncias da Igreja, dedicava uma parte importante a uma avaliação do que foi, nesta área da vida da Igreja, a situação pós-conciliar. O Romano Pontífice, por outro lado, no discurso de abertura fazia-se eco da relação entre o Sínodo e o Concílio, dando graças a Deus pelos frutos conciliares “em razão da palavra pela qual este mesmo espírito falou à Igreja do nosso tempo , pelo Concílio Vaticano II”<sup>35</sup>.

### 4.1 O desenvolvimento do Sínodo

Na discussão introduzida pelo cardeal Thiandoun, a chave de leitura era a mesma, ou seja, abordava-se o *Instrumentum Laboris* na relação com o Concílio: “Acontece, afirmava o cardeal, que depois de o Vaticano II ter elaborado a sua doutrina muito vasta sobre os fiéis leigos na Igreja, numerosos acontecimentos se produziram, estudos doutrinários e práticos foram aprofundados e levados a cabo; e ao mesmo tempo surgiram questões, talvez mais difíceis: tudo isto exige do Sínodo uma atenção renovada”<sup>36</sup>.

Na leitura do cardeal Thiandoun, relator do Sínodo, ao apresentar a síntese dos contributos de vários Episcopados, aparece uma especial ênfase dada à vocação e missão dos leigos dentro da vocação e missão de todos os batizados , ou seja, dentro do âmbito de uma eclesiologia de comunhão.

Esta relação é ainda mais acentuada na leitura feita a partir das respostas chegadas à secretaria do Sínodo no que toca ao problema da dupla relação do fiel leigo à Igreja e ao mundo: “será inexato atribuir o serviço da comunhão eclesial aos ministros ordenados e

---

<sup>35</sup> Cf. Doc. Cath. , 1949 (1987) p. 1005.

<sup>36</sup> Cf. Doc. Cath. , Relação do Cardeal Thiandoun, p.1012.

o da missão aos fieis leigos”; para afirmar a seguir, que todos os batizados são chamados a exercer uma ação responsável na missão, embora de forma diferenciada<sup>37</sup>.

Na segunda relação feita à assembleia sinodal, o fundamento teológico constituído pela eclesiologia de comunhão é ainda mais explícito. Apresentada na aula sinodal em 13 de Outubro, dando uma primeira síntese das congregações gerais, afirma: “os padres sinodais sublinharam a importância duma eclesiologia de comunhão como base da reflexão sobre a Igreja, novo povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo”<sup>38</sup>.

Esta eclesiologia de comunhão é definida como relação interior à Igreja e depois, e só depois, em relação àquilo que o Sínodo chama de unidade na pluriformidade da Igreja<sup>39</sup>.

Esta eclesiologia da comunhão foi, de resto, a tónica da homilia papal, no encerramento da reunião sinodal, em que glosou o tema de Jl 3,1: “Eu derramarei o meu espírito sobre toda a carne”. Então afirmava o Papa: “A Eclesiologia da comunhão aparece assim como Eclesiologia de uma vida à qual todos são chamados a participar interiormente; é sobre esta base que o Espírito Santo oferece os diferentes carismas que enriquecem não somente as pessoas que os recebem, mas também a Igreja na sua totalidade”<sup>40</sup>.

A exortação sinodal a partir do debate na aula conciliar orienta-se assim para ser contextualizada dentro da base fornecida pelo Sínodo Extraordinário sobre a Eclesiologia da comunhão.

#### **4.2 Uma redefinição da Laicidade**

Colocando-se na linha duma Eclesiologia da comunhão, podemos dizer que a *Christifideles Laici* é mais matizada que a *Lumen Gentium* na definição da laicidade do leigo.

O documento sinodal no seu número 2, se por um lado sublinha os aspetos positivos que surgiram na relação dos leigos com a missão de Igreja após o Concílio, não deixa de notar entre os aspetos negativos a tentação de separar demasiado fé e vida.

Por outro lado nos números 2 e 3 da mesma exortação que foi publicada em Roma em Dezembro de 1988, sublinha-se o avanço do secularismo na cultura e a necessidade de lhe dar resposta de maneira crítica, matizando assim o conceito de secularização.

---

<sup>37</sup> Cf. Doc. Cath., p.1015, 1016.

<sup>38</sup> Cf. Doc. Cath., p.1066.

<sup>39</sup> Cf. Relação final do Sínodo de 1985 in *Ecclesia*, 2249 (1985) p.19.

<sup>40</sup> Cf. Doc. Cath., 1950 (1987), p.1005.

No seu número 10 a exortação chama a atenção de que só um enraizamento dos fiéis leigos na sua condição de batizados lhes permitirá dar conta da novidade cristã, perante o mundo, desenvolvendo neste capítulo as virtudes teologais como constitutivas da identidade cristã.

A índole secular dos leigos, justamente entendida, não dispensa este fundamento na novidade cristã. E por isso o tratamento da índole secular do leigo, feito no número 15 da Exortação, recorda-o com veemência: “precisamente para entender de forma completa, adequada e específica, a condição eclesial do fiel leigo, é preciso aprofundar o alcance teológico da índole secular à luz do plano salvífico de Deus e do mistério da Igreja”.

E o sínodo cita uma proposta da aula sinodal, afirmando no mesmo número 14:”A índole secular do fiel leigo não deve pois definir-se apenas em sentido sociológico, mas sobretudo em sentido teológico. A característica secular é vista à luz do ato criador e redentor de Deus, que confiou o mundo aos homens e às mulheres, para tomarem parte na obra da criação, libertarem a mesma criação da influência do pecado e se santificarem a si mesmos no matrimônio ou na vida celibatária, na família, no emprego e nas várias atividades sociais”. E ainda: “A condição eclesial dos fiéis leigos é radicalmente definida pela sua novidade cristã e caracterizada pela sua índole secular”.

Se compararmos este texto com o do capítulo da *Lumen Gentium* consagrado aos leigos, vemos a mesma doutrina mas uma diferença de acentuação. Uma e outra dizem que é própria dos leigos a característica secular. Mas não há dúvida de que, em virtude da tendência secularista que se deu sobretudo na cultura europeia, o sínodo acentua muito mais o enraizamento do leigo na novidade cristã dada pelo batismo e pelas virtudes teologais, bem como a relação mística à Igreja.

Nesta mesma linha podemos colocar ainda o número 16 da Exortação sinodal sobre o chamamento à santidade e seu lugar na vida laical.

“A vida segundo o espírito, escreve a exortação, cujo fruto é a santificação (Rom 6,22; Gal 5,22) suscita e exige de todos e cada um dos batizados o seguimento e imitação de Jesus Cristo, no acolhimento das suas bem-aventuranças, na escuta e meditação da palavra de Deus, na consciente e ativa participação na vida litúrgica e sacramental da Igreja, na oração individual, familiar e comunitária, na fome e sede de justiça, na prática do mandamento do amor em todas as circunstâncias da vida e no serviço aos irmãos, sobretudo os pequeninos, os pobres e os doentes”.



O capítulo segundo da exortação que estamos a analisar reforça ainda mais esta redefinição da laicidade laical desde o próprio título em ligação direta com a doutrina da Igreja comunhão: “todos ramos da única comunhão. A participação dos fieis leigos na vida da Igreja-comunhão”.

Acentuando a comunhão com Cristo, aí se escreve que “esta comunhão é o próprio mistério da Igreja” (n.18). Afirma-se a seguir (n.19) que “esta é a ideia central que a Igreja deu de si no Concílio Vaticano II, como no-lo recorda o Sínodo extraordinário de 1985, celebrando os vinte anos do acontecimento Conciliar” (n.19).

Esta comunhão não é apenas mística, é também orgânica, “análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de facto, caracteriza-se pela presença simultânea da diversidade e da complementaridade das vocações e condições de vida, dos mistérios, dos carismas e responsabilidades. Graças a essa diversidade e complementaridade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo o corpo, e dá-lhe o seu próprio contributo” (n.20).

#### **4.3 Uma melhor abordagem dos ministérios e carismas**

Se é certo que o Vaticano II abordou a questão dos ministérios e carismas na Igreja (L. G. 4), tendo como ator o Espírito Santo, o documento final do Sínodo faz uma melhor e mais aproximada definição dos ministérios “em referência direta aos fieis leigos e à sua participação na Igreja-comunhão” (n. 21 a 25).

O documento distingue ministérios, ofícios, e funções.

Como sabemos o documento “Ministeria Quaedam”<sup>41</sup>, estabelece como únicos ministérios da Igreja latina o leitorado e o acolitado. Mas segundo os padres sinodais tinha-se estabelecido alguma confusão, tratando por ministérios quaisquer funções.

Para aclarar a situação, dos números 21 a 25 faz-se uma definição terminológica entre ministérios ordenados que derivam do sacramento da ordem e ministérios, ofícios e funções que derivam da simples ordem batismal.

Os padres sinodais, escreve o documento (n.23), dedicaram bastante atenção aos ministérios de leitor e acólito, consagrados no documento de Paulo VI Ministeria Quaedam, de 15 de Agosto de 1972, e pediram que fosse criada uma comissão que analisasse a nova situação na Igreja latina “para estudar de modo aprofundado os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais, levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos fieis leigos” (n.22).

---

<sup>41</sup> Doc. Cath., 1617, p.852 s.

Lamentavelmente, de facto a exortação não faz uma definição clara dos termos ministério, ofício, e função, remetendo apenas para uma comissão que não chegou a ser criada, embora dedique um desenvolvimento particular ao tema dos carismas no seu número 24. Os carismas são definidos em relação ao Espírito Santo que recria a Igreja e também em relação aos pastores da Igreja a quem compete o discernimento.

Certamente nesta linha desenvolve a exortação os critérios de Eclesialidade para as congregações laicais (n.30). E são citados: o primado dado à vocação de cada cristão à santidade, a responsabilidade em professar a fé católica, o testemunho de uma comunhão sólida convicta, a conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja e o empenho de uma presença na sociedade humana.

Estes critérios de Eclesialidade mais uma vez confirmam a necessidade de uma comunhão visível nas associações de fieis, lugar de uma Igreja-comunhão.

Estes critérios são ainda de certa forma aprofundados no n.31, ao referir-se o serviço dos pastores para a comunhão, afirmando-se que “todos , pastores e fieis, temos a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas associativas de leigos . Só assim a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode dar o seu contributo fecundo e ordenado para a edificação da casa comum”.

#### **4.4 Os campos do apostolado laical**

O conceito de Igreja comunhão, que está presente e fundamenta a missão dos leigos na Igreja, está tratado no capítulo 3.

Citando o decreto sobre o apostolado dos leigos no seu número 33, a Exortação funda este apostolado na participação do múnus profético, sacerdotal e real de Cristo, englobando esta tarefa num conceito abrangente de uma “nova evangelização”. Trata-se de um conceito novo que não encontramos nem nos documentos conciliares nem no sínodo extraordinário. Encontramo-lo porém no simpósio dos bispos europeus, reunidos em Outubro de 1985 em Roma, para desenvolver o tema “Secularização e Evangelização na Europa de hoje”<sup>42</sup>.

De certa forma o documento coloca os leigos e toda a Igreja diante de um desafio novo, e de “países inteiros e nações, onde a religião e a vida cristã foram em tempo tão prósperas e capazes de dar origem a comunidades de fé viva e operativa, encontrando-se

---

<sup>42</sup> Cf. *Ecclesia*, 2251, p.29 e s. .

hoje sujeitos a dura prova e por vezes até são radicalmente transformados pela contínua difusão do indiferentismo, do secularismo e do ateísmo”(n.33).

Estamos assim perante um desafio abrangente que não tínhamos encontrado em documentos anteriores mais preocupados com temas doutrinários e, provavelmente, mais otimistas em relação à cultura. Otimismo que este documento não partilha ao afirmar: “É urgente, sem dúvida, refazer em toda a parte o tecido cristão da sociedade humana. Mas a condição é a de se refazer o tecido cristão das próprias comunidades eclesiais que vivem nesses países e nessas nações” (n.33).

Para além dos princípios apontados do direito à vida , da inviolabilidade da pessoa humana e da liberdade religiosa, aparecem como campos do investimento evangelizador, a família (n.40) a solidariedade (n.41) a política (n.42) o mundo económico-social (n.43) e a cultura (n.44).

Estes campos de investimento da ação da Igreja são completados no capítulo IV por uma espécie de reflexão sobre a variedade de vocações na Igreja, o que representa também alguma novidade , particularmente o n.49 em que se fala da vocação específica da mulher nos seguintes termos: “A consciência de que a mulher, com os dons e as funções que lhe são próprias, tem uma vocação específica própria, cresceu e aprofundou-se no período pós-conciliar, encontrando a sua inspiração mais original no Evangelho e na história da Igreja” (n.49).

#### **4.5 Conclusão**

Perante os novos desafios surgidos vinte anos após o Concílio, reuniu-se um sínodo para tratar da vocação e missão dos fieis leigos na Igreja e no mundo. O sínodo analisou os aspetos positivos e negativos deste desenvolvimento e pretendeu lançar um arco que unisse as duas pontas do apostolado: a pertença à Igreja e a vida no mundo.

Para fundamentar este horizonte de compreensão foi fundamental uma leitura renovada do Vaticano II sob o prisma do sínodo extraordinário de 1985, que teve como tema a Igreja como comunhão.

Como afirmámos, o sínodo, vinte anos após o Concílio, deu-se conta sobretudo da invasão do secularismo na cultura e da necessidade de uma nova evangelização.

# CONCLUSÃO

Pelo trabalho aqui apresentado parece-me poder concluir-se que o fiel cristão leigo deve ser hoje, na Igreja e no mundo, uma verdadeira força viva. O desenvolvimento teológico e doutrinal que a prática pastoral na receção do Concílio quase que exigiu, tornou possíveis tanto algumas correções como muitas especificações, caracterizações, definições e orientações perante muitas interpretações e práticas desviantes e até mesmo fraturantes. Esta situação refere-se essencialmente aos primeiros vinte anos após o encerramento oficial do Concílio Vaticano II. A presença e ação dos leigos no mundo e na Igreja era cada vez mais notada mas o seu empenhamento secular carecia ainda de muita preparação e formação.

A teologia do laicado foi elaborada pelo Concílio, sobretudo na *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes* e *Apostolicam Actuositatem*. Com a sua publicação, estes documentos mostraram-se com uma fraseologia que, embora cuidadosamente discutida, e correta por se ter mostrado a mais adequada, o que é certo é que , para o comum dos cristãos batizados, foi difícil de compreender.

No período imediato após o Concílio, com o mundo em contínua e acelerada transformação e a Igreja ansiosa por uma renovação Conciliar, a leitura e interpretação dos documentos conciliares mostrou-se muito problemática, sobretudo no campo da pastoral. No relatório final do Sínodo Extraordinário dos Bispos, realizado em 1985, é assumido que uma das causas internas de muitos desvios verificados na receção do Concílio, é o ter-se feito uma leitura incompleta e seletiva do Concílio e uma interpretação superficial da sua doutrina tanto num sentido como noutro. Por um lado houve muitas deceções face às expetativas porque houve demasiada timidez na aplicação da verdadeira doutrina do Concílio; por outro, da leitura incompleta dos documentos resultou uma apresentação unilateral da Igreja como sendo uma estrutura puramente institucional e privada do seu mistério. Provavelmente, e não sem alguma responsabilidade dos próprios bispos, nota-se que sobretudo os jovens se colocam perante a Igreja de uma forma muito crítica e olham-na como uma simples instituição. Talvez tenha havido demasiada cedência ao falar demasiado na renovação das estruturas

externas da Igreja e pouco de Deus e do Cristo. Talvez também tenha faltado o discernimento necessário ao não se fazer corretamente a distinção entre uma legítima abertura do Concílio ao mundo e a aceitação da mentalidade e da ordem dos valores de um mundo secularizado<sup>43</sup>.

A exortação apostólica “Christifideles Laici”, aparece sequencialmente como resultado do sínodo de 1985, sínodo extraordinário que desenvolve o conceito de Igreja como comunhão e cita expressamente este conceito múltiplas vezes.

Como pano de fundo parece estar o panorama descrito no número 2 da exortação: a par de um certo número de factos positivos do compromisso dos leigos no pós concílio (participação na liturgia, anúncio da palavra de Deus e catequese, multiplicidade de tarefas confiadas a leigos, etc. ), também algumas sombras: a abdicação das responsabilidades no mundo e a separação entre a fé e a vida.

O sínodo realça ainda a evolução que se deu na cultura em ordem a um desenvolvimento do secularismo, do indiferentismo e do ateísmo (n.34) frente ao qual só uma nova evangelização poderia sanar e articular o mundo com o Evangelho.

Definiu e aprofundou os ministérios laicais, embora sem dar sequência à distinção entre ministérios, serviços e funções.

Finalmente definiu novos campos de apostolado e aprofundou as vocações na Igreja, de modo mais realista, tomando como base uma aproximação mais antropológica. Nesta aproximação, considerou o lugar da mulher no apostolado.

Em resumo podemos dizer que representou uma tentativa de resposta às questões postas pelo apostolado dos leigos entre o Vaticano II e o Sínodo de 1987.

---

<sup>43</sup> Cf. Doc.Cath. 1909 ( 1986 ), p.36-37.

# BIBLIOGRAFIA

## FONTES

*Bíblia de Jerusalém*, Paulus, São Paulo, 2002.

*Concílio Ecuménico Vaticano II*, Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios; Editorial A. O. Braga, 1992

Relação final do Sínodo de 1985, *Ecclesia* 2249 (1985) 19 e s.

*Christifideles Laici*, Introdução, tradução, e notas de Arnaldo de Pinho. Perpétuo Socorro, Porto 1989.

## OBRAS

AAVV *A Igreja do Vaticano II*, ed. dir. Frederico Vier. Petropolis 1965. Com a colaboração de: G.Baraúna, G. Baum, MD Chenu, Y. Congar, E. Schillebeeckx, G. Thils, J. Ratzinger, e outros.

AAVV *Mysterium Salutis*, Manual de Teologia como História de Salvación, IV/1 e IV/2. Cristianidad, Madrid 1975. Colaboração de : W. Beinert, Y. Congar, H. Schlier, B. Dupuy, F. Mussner, R. Laurintin, e outros.

CONGAR Y., *Jalons pour une Theologie du Laicat*. Du Cerf, Paris 1954.

*Ministeres et Communion Ecclésiale*. Paris 1971.

*Sacerdoce et Laicat*. Paris 1962.

FLORISTAN C. ,*Concepts Fondamentals de Pastoral*. Madrid 1983.

*Vaticano II, um Concilio Pastoral*. Lisboa 1990.

GONZALEZ-MONTES A., *Imagem de Iglesia, Eclesiologia en Perspectiva Ecumenica*. BAC, Madrid 2008.

PHILIPS G., *La Iglesia y su Misterio en el Concilio Vaticano II*. Historia, texto y comentario de la constitución Lumen Gentium. Barcelona 1968.

RATZINGER J., *El nuevo Pueblo de Dios. Esquemas para una Ecclesiology*. Barcelona 1972.

RODRIGUEZ P., *Ecclesiology treinta años después de Lumen Gentium*. Madrid 1994.

## ARTIGOS

CONGAR Y., « La Iglesia como Pueblo de Dios». *Concilium*, 1 (1965) 10 e s.

“Sacerdoce et Laicat”. *La Vie Intellectuelle*, 14 (1946) 6-39.

De La POTTERIE I., «L’origine et le sens primitif du mot “laïc”». *Nouvelle Revue Théologique*, 80 (1958) 840-853.

DUPUIS J., « Lay people in Church and World». *Gregorianum* 1987, 389 e s.-

GONZALEZ-MONTES A., « La nueva conciencia de la catolicidad de la Iglesia en el Concilio Vaticano II». *Cristianismo e Cultura*. Valencia (1955) 121-141.

PINHO Arnaldo, «Ministérios laicais. Fundamentação teológica e problemática pastoral». *Communio II* (1985) 63-69.

PINHO J. Borges, «Trinta anos de reflexão eclesiológica. Caminhos, questões e tarefas na recepção do Concílio». *Humanística e Teologia XXXI* (2010) 56-89.

RAHNER K., «La incorporación a la Iglesia según la encíclica de Pio XII “Mystici Corporis Christi”». *Escritos de Teología II*, Madrid 2ª (2002) 11-92.

RAHNER K., «Sobre el apostolado seglar». *Escritos de Teología*, II. Madrid 2ª(2002) 316-351.

## ÍNDICE

Siglário.....	2
Introdução.....	3

### CAPÍTULO 1

1. ANTECEDENTES.....	5
1.1 <b>Yves Congar</b> .....	6
1.1.1 – A Dignidade Sacerdotal.....	7
1.1.2 – A Dignidade Real.....	8
1.1.3 – A Dignidade Profética.....	8
1.1.4 – Sobre os leigos e a função apostólica da Igreja.....	8
1.1.5 – As diferentes formas da Ação Católica.....	9
1.1.6 – Relação do padre e dos leigos na Ação Católica.....	10
1.1.7 – A espiritualidade e santificação dos leigos empenhados no mundo..	10
1.2 <b>Hans Urs Von Balthasar</b> .....	12
1.3 <b>Karl Rahner</b> .....	13
1.3.1 – A “Actio Catholicorum”, apostolado próprio dos seculares.....	13
1.3.2 – Finalidade fundamental do apostolado secular.....	15
1.3.3 – Campo de ação e forma de atuar.....	15
1.3.4 – A formação para o apostolado secular.....	16
1.3.5 – Duas espécies de organizações.....	16
1.3.6 – A importância do apostolado secular.....	18



## **CAPÍTULO 2**

2. A DISCUSSÃO NO CONTEXTO CONCILIAR.....	20
2.1 A definição tipológica do leigo no Vaticano II.....	20
2.1.1 – O problema.....	20
2.1.2 – Em busca de uma definição conciliar correta.....	22
a) O primeiro texto.....	22
b) O segundo esquema redigido pela comissão conciliar.....	23
c) As emendas ao segundo esquema: o terceiro esquema.....	24
d) Últimas correções e redação final: o quarto esquema.....	27
2. 1.3 – Definição tipológica final do leigo segundo o Vaticano II.....	28
2.2 Os leigos e a transformação do mundo.....	30
2.2.1 – A novidade da expressão.....	32
2.2.2 – Consecratio.....	33
2.2.3 – O mundo profano.....	34
2.2.4 – Presença da Igreja no mundo.....	36
2.2.5 – A dimensão cósmica da Encarnação.....	38
2.2.6 – Mistério cristão e consagração.....	39
2.2.7 – Redação final.....	41

## **CAPÍTULO 3**

3. DO CONCÍLIO AO SÍNODO DE EXTRAORDINÁRIO DE 1985 .....	43
3.1 A importância do Sínodo extraordinário de 1985.....	43
A) O mistério da Igreja.....	44
B) A Igreja como comunhão.....	44
3.2 Uma leitura mais abrangente da Lumen Gentium.....	45
3.2.1 – A Igreja mistério.....	46
3.2.2 – A Igreja Povo de Deus em Comunhão.....	47
3.2.3 – Tipologia do fiel cristão leigo na lumen Gentium.....	48
3.3 O fiel cristão leigo e o mundo.....	50
3.4 Os leigos e a hierarquia.....	51

## **CAPÍTULO 4**

### **4.A EXORTAÇÃO SINODAL “CHRISTIFIDELES LAICI”**

4.1 – O desenvolvimento do Sínodo.....	53
4.2 – Uma redefinição da laicidade.....	54
4.3 – Uma melhor abordagem dos ministérios e carismas.....	56
4.4 – Os campos do apostolado laical.....	57
4.5 – Conclusão.....	58
 CONCLUSÃO.....	 59
BIBLIOGRAFIA.....	61
ÍNDICE.....	63